UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
CAMPUS DE MARABÁ
CURSO DE CIÊNCIAS SOCIAIS

Foto: Eric de Belém (Nov/2007)

Foto1: Nascer do Sol no Rio Araguaia

"Patrimônio Arqueológico do Sudeste do Pará: celebração do espaço, celebração no espaço – Serra das Andorinhas - São Geraldo do Araguaia"

Irislane Pereira de Moraes

MARABÁ-PA
2008

Irislane Pereira de Moraes

"Patrimônio Arqueológico do Sudeste do Pará: celebração do espaço, celebração no espaço – Serra das Andorinhas- São Geraldo do Araguaia"

Trabalho de conclusão de Curso apresentado ao Curso de Ciências Sociais, Universidade Federal do Pará, Campus de Marabá, como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel e Licenciada em Ciências Sociais.

Área de concentração: Antropologia

Orientadora: Profa. M. Sc. Joseline Simone Barreto Trindade

MARABÁ-PA
OUTUBRO DE 2008

Irislane Pereira de Moraes

“Patrimônio Arqueológico do Sudeste do Pará: celebração do espaço, celebração no espaço – Serra das Andorinhas- São Geraldo do Araguaia”

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao colegiado de Ciências Sociais, Campus Universitário de Marabá, Universidade Federal do Pará, como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharelado e Licenciatura em Ciências Sociais.

Área de concentração: Antropologia

Orientadora: Prof.ª M. Sc. Joseline Simone Barreto Trindade

Data: _____/_____/_____

Conceito: _____

Banca Examinadora:

_____
Profa. M. Sc. Joseline Simone Barreto Trindade (Orientadora)

_____
Prof. M. Sc. Leonardo de Oliveira Cruz (Examinador)

_____
Prof. Noé Von Atzingen (Examinador)

MARABÁ-PA
2008

À minha querida mãe, Cida, pelas tantas ‘lutas’ que enfrentou para que hoje eu pudesse chegar a este momento.

Aqueles e aquelas que estão engajad@s na preservação do patrimônio arqueológico.

AGRADECIMENTOS

Embora a graduação seja apenas o início de toda uma vida acadêmica, a minha caminhada de formação em Ciências Sociais foi longa e de grandes transformações, permeando inclusive, minha constituição enquanto pessoa e de uma visão de mundo. Assim, dificilmente conseguiria citar a tod@s que de alguma forma contribuíram nesse processo, mas proponho-me a relatar algumas, em especial:

Agradeço inicialmente a toda minha família por momentos tão bons e pela compreensão tão necessária nos momentos difíceis. Agradeço ao meu pai, Isaias. E em especial agradeço à minha mãe, Cida, pela luta diária por melhores condições de vida e ensinamentos; à minha irmã Priscila e meu irmão Rafael. É de mamããee...rsrs!

Agradeço imensamente aos meus queridos e velhos amigos: obrigado Elias pelo apoio e grandes conversas! Agradeço também a Deuzilene, Renata e Clébio, pela compreensão, e momentos de muita alegria, vocês são pessoas maravilhosas. Valeu !!

Em seguida lembro-me, desde quando no ensino médio, dos muitos cursos ministrados pelo profo Noé Von Atzingen. Se hoje dou os primeiros passos para a realização de um sonho, ele em muito me ensinou e colaborou (inclusive da oportunidade bater na porta, em um dia de chuva...). Obrigado Noé, também pelo grande empenho e compromisso com a salvaguarda do patrimônio cultural e natural da nossa região. Também, aos colegas da FCCM, em especifico do NAM com os quais compartilho os primeiros conhecimentos na Arqueologia: Daniel, Priscila, Genival, Hélida, Luis e Marlon. A estes dois últimos, agradeço pela disponibilização de bibliografias e das imprescindíveis considerações quando este trabalho ainda era um projeto.

Agradeço aos meus professores na UFPA: a Luiza, Gisela, Luis, Marcilene, Salvador, Leonardo, e Mário (eh seu menino, não esquecerei nem mesmo da aula inaugural de Ciências Sociais!). Ao mesmo tempo, agradeço a todos os colegas de curso, em especial, ao Edivan, Fábio, Nilson e as amigas Rianne, Elane, Nalda, Gleice e Reginéia pelos muitos trabalhos e aprendizados que partilhamos ao longo destes cinco anos.

Agradeço, em especial a Rose, Thiago e Etiane, verdadeiros companheiros, na trajetória de lutas no Centro Acadêmico de Ciências Sociais (CASo), por um debate

político que primou pela participação e interesse coletivo, melhoria do nosso curso de Ciências Sociais (fundamental para compreensão da realidade sócio-cultural instaurada na região e de intervenção critica e militante por uma sociedade mais justa e tolerante para a diversidade que nos é intrínseca). A Deyziane pelas inéditas e inesquecíveis experiências que partilhamos juntas no Terreiro da D. Vanda (aeh aprendizes de antropólogas, de fato quebramos de muitos tabus!!). A Eric de Belém, amigo sempre presente, pelos ensinamentos na FUNAI e sua demonstração do grande compromisso com os Povos Indígenas; e a Keciene pelas muitas 'consultorias'e apoio nas dúvidas e discussões (ah amiga em viagens das mais profundas, companhia imprescindível no Santo Daime!!). A esses amigos, meu carinho e agradecimentos pelos inesquecíveis momentos.

Agradeço também a companheiros e companheiras do Movimento Social, pela incansável luta por nosso direito a Vida em toda a sua plenitude e que nos dão força, pelos exemplos de resistência e enfretamento. Agradeço, com grande admiração, ao companheiro Raimundinho. E, em especial as companheiras do Fórum de Mulheres Marabá e Região: Deise, Sidnéia, Geusa, Claudia, Rosalinda e também à Ailce Margarida. 'Mulheres na luta, pra construir nova Vida'!

Agradeço ao Ribinha, ao Grupo de Agentes Ambientais Voluntários de São Geraldo, a SEMA através de Gisele e 'Zezinho' pelo apoio a este Trabalho de Conclusão de Curso.

Agradeço, aos moradores de Santa Cruz e aos romeiros do Divino da Casa de Pedra pela paciência de me ouvirem e contarem suas historias, possibilitando as essa aprendiz um crescimento substancial na pratica de campo.

Finalmente, com imensurável carinho, agradeço a Joseline, minha orientadora, companheira e amiga, pela dedicação incansável para realização deste e futuros sonhos. A você me fogem as palavras.

“Eu tenho assim na minha impressão, que o Parque é o seguinte:
É... é preservar a mata! Aí preservar a mata... pra num cortar, num derrubar, num devorar, **num tê devoração,** né isso aí ?
Aí pra mim, a minha intenção é essa!”

Dona Luisa.

LISTA DE SIGLAS

AIA	Avaliação de Impacto Ambiental
APA	Área de Proteção Ambiental
CEPA	Centro de Ensino e Pesquisas Arqueológicas
CONAMA	Conselho Nacional de Meio Ambiente
EIA	Estudo de Impacto Ambiental
EMATER	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Pará
FCCM	Fundação Casa da Cultura de Marabá
FSA	Fundação Serra das Andorinhas
ICOMOS	International Council on Monuments and Sites
ICAHM	International Council for Archaeological Heritage Management
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico Artístico Nacional
MPEG	Museu Paraense Emilio Goeldi
NAM	Núcleo de Arqueologia e Etnologia de Marabá
PESAM	Parque Estadual da Serra dos Martírios / Andorinhas
PRONAPABA	Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas da Bacia Amazônica
PRONAPA	Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas
RIMA	Relatório de Impacto Ambiental
SPHAN	Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
SEMA	Secretária Estadual de Meio Ambiente
UNESCO	Organização das Nações Unidas para Educação, a Ciência e a Cultura
UC	Unidade de Conservação
UFPA	Universidade Federal do Pará
UHE	Usina Hidroelétrica
USP	Universidade de São Paulo

LISTA DE FOTOS

Foto 1. Nascer do Sol no Rio Araguaia.....1
Foto 2. Gravura Rupestre zoomorfa, do sitio TO-XA-01: Ilha dos Martírios.....16
Foto3. Encontro das Bandeiras: romeiros cantam e ajoelham-se diante do cruzeiro.....30
Foto 4. Celebração do Festejo do Divino na 'Igreja de Pedra' 50
Foto 5. Gravura rupestre zoomorfa. 'jacaré de duas barrigas'.....53
Foto 6. Gravura rupestre conhecida como 'manto da santa'.....53
Foto 7. Embarcação em corredeiras do rio.....54
Foto 8. Gravuras da Ilha dos Martírios sendo preenchidas com areia.....54
Foto 9. Gravuras rupestres no painel rochoso do sitio PA-AT-100: Pedra.....55
Foto 10. Marco da Hidrovia Araguaia-Tocantins sobre o sitio TO-XA-01: Ilha dos Martírios.....59
Foto 11. Vista da Serra a partir do teto do Abrigo Santuário.....68
Foto 12. Vista da Casa de Pedra.....68
Foto 13 e 14. Pichações no abrigo Neblina.....69
Foto 15. Vista do Abrigo Santuário, com piso acimentado.....69
Foto 16. Compilação de pichações encontrados no abrigo Santuário.....70

RESUMO

Estudos preliminares realizados na Serra das Andorinhas, localizada no município de São Geraldo do Araguaia, Sudeste do Pará, têm demonstrado um rico patrimônio cultural e natural dessa região. Entretanto, existem potenciais e efetivas situações de ameaças contra esse patrimônio (UHE - Santa Isabel, turismo desordenado, vandalismo, etc.). Além disso, há desconhecimento por parte da população e/ou de autoridades em relação da existência, bem como, da salvaguarda desse patrimônio. Nesse contexto, o presente trabalho, após traçar um referencial teórico-jurídico sobre patrimônio cultural, aborda sobre o patrimônio arqueológico da Casa de Pedra, a luz do debate da educação patrimonial visando identificar alguns impactos que atingem os sítios dessa região, e como esse patrimônio é percebido e (re)significado pelos diversos sujeitos sociais.

Palavras chave: Patrimônio cultural; Patrimônio Arqueológico; educação patrimonial; Serra das Andorinhas - Pa.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO: 12
CAPITULO I PESQUISAS ARQUEOLÓGICAS NO BRASIL: UM ESBOÇO.....15
1.1. Arqueologia, que bicho é esse?!.....16
1.2. Panorâmica do desenvolvimento da Arqueologia no Brasil.....19
1.3. Arqueologia Amazônica.....23
1.3.1. Estudos Arqueológicos no Sudeste do Pará e a atuação da FCCM.....26
1.3.2. A Fundação Casa da Cultura.....26
1.3.3. O que faz o NAM.....27
CAPITULO II CULTURA E PATRIMÔNIO: ALGUMAS ABORDAGENS.....29
2.1. Cultura na abordagem antropológica.....30
2.2 Conceituando o Patrimônio 33
2.3. Patrimônio Cultural.....35
2.3.1 Patrimônio Arqueológico.....37
2.4. Patrimônio Cultural: o que existe de Legislação?.....38
CAPITULO III PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO E EDUCAÇÃO PATRIMONIAL NO SUDESTE DO PARÁ: IMPASSES e PERSPECTIVAS.....49
3.1 Serra das Andorinhas: um caminho histórico.....50
3.1.2. A Ilha dos Martírios.....52
3.1.3 O sitio da Pedra Escrita.....54
3.1.4.O Parque Estadual.da Serra Das Andorinhas.....56
3.1.5. Fatores de impactos em sítios arqueológicos.....57
3.2. Educação Patrimonial, uma alternativa ?.....60
3.2.1.Relatos e Retratos de uma viagem: podemos falar de uma educação patrimonial na Serra das Andorinhas?.....63
3.2.2. Reunião de preparação.....64
3.2.3 Entre Risos, cantos e águas.....66
3.2.4. Divino da Casa de Pedra: celebração no espaço, celebração do espaço 71
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....75
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....77
GLOSSÁRIO.....81

INTRODUÇÃO

A arqueologia sempre me despertou interesse e encantamento. Desde a adolescência, embora não tivesse muito acesso a livros sobre o tema, imagens como as das pirâmides do Egito, de sarcófagos, de grandes escavações na Mesopotâmia, reforçadas muitas vezes por fantásticos filmes, de caça a tesouros, cidades perdidas, entre outros, marcaram o imaginário e aguçaram meu interesse por essa área do conhecimento.

No ano de 2000, ao retornar para Marabá, minha cidade natal, tive a oportunidade de estudar na escola Pequeno Príncipe[1], escola que desenvolvia um projeto no ensino médio denominado "Noite da Arte". Para realização destas atividades, na maioria das vezes, os estudantes procuram a Fundação Casa da Cultura de Marabá (FCCM) para fazer suas pesquisas, foi o que fiz. Posteriormente, tive a oportunidade de estagiar na FCCM, momento de encontro com várias áreas de conhecimento: zoologia, botânica, espeleologia, e em particular a arqueologia. E o mais interessante, ao contrario da imagem até então construída, tratava-se de algo muito próximo da minha realidade, isto é, da minha própria região. Hoje, em fase de conclusão do curso de graduação em Ciências Sociais, me vejo diante do desafio de trabalhar com o tema relacionado à arqueologia.

Uma das primeiras atividades de campo em arqueologia que fiz, e com certeza uma das mais marcantes, foi na Serra das Andorinhas, no carnaval de 2003, juntamente com os pesquisadores Noé Von Atzingen, Hélida Leite, Luis Coimbra e Daniel Roldão. Na oportunidade, conheci alguns sítios da região do complexo Condon e Casa de Pedra[2]. Nesse trabalho, conhecemos uma parte importante da riqueza natural e arqueológica da Serra das Andorinhas, mas, infelizmente, nos deparamos também com uma intensa depredação dos sítios arqueológicos, principalmente nos da Casa de Pedra.

Devido a imensa riqueza natural e histórico-cultural da Serra das Andorinhas, me propus a estudar especificamente sobre alguns aspectos de seu patrimônio arqueológico, principalmente com relação a situação da salvaguarda desse patrimônio, fato que foi incentivado recentemente, através das atividades de campo da disciplina de Pré-história do Brasil e Amazônia que tive na Universidade Federal do Pará, ministrada pela professora

[1] Muito emblemático, porque o personagem da história Pequeno príncipe é muito sonhador!
[2] Serra das Andorinhas é geograficamente dividida por pesquisadores ou pela população local, em Distritos e/ou Localidades.

Joseline Trindade. No segundo semestre de 2007, como atividade da disciplina, visitamos a Serra das Andorinhas, particularmente a localidade chamada Ilha dos Martírios, e percebemos que as ameaças de destruição dos sítios arqueológicos têm se intensificado.

Esta pesquisa se justifica, portanto, pela importância de estudos que problematizem a atual situação do patrimônio arqueológico da região. Devido o seu rico potencial ambiental e arqueológico, a Serra oferece contribuições significativas à historia de ocupação humana da Amazônia, potencial esse ainda pouco estudado, e o mais preocupante é que devido o desconhecimento da população, assim como o descaso da maior parte das autoridades, está com seus sítios ameaçados, intensificando a necessidade de pesquisas, bem como de programas de educação patrimonial.

Os objetivos principais deste estudo são, portanto: i) identificar os sítios arqueológicos da localidade Casa de Pedra e conseqüentemente, ii) verificar a interação dos sujeitos em relação a esse território, com intuito de analisar as diferentes formas de apropriação do patrimônio cultural.

Para tentar alcançar meus objetivos fiz algumas perguntas: i) quais as diferentes percepções desse território? Entendendo o passado como uma construção do presente, na perspectiva dos sujeitos a quem pertence esse passado? De que forma ele é apropriado e celebrado? Que relações de identidade os sujeitos tem com os sítios arqueológicos, marcas desse passado?

Nos caminhos da pesquisa

Para realizar esta pesquisa, consultei uma bibliografia especializada, relatórios de campo do Núcleo Arqueologia de Marabá (NAM), artigos e periódicos contidos no Arquivo Municipal da FCCM. Além disso, participei de reuniões com representantes de instituições (SEMA, EMATER, FCCM); e por último, visitei os sítios situados na localidade denominada Casa de Pedra. Dos 11 sítios[3] ali documentados, segundo o Plano de Manejo (PM) do Parque Estadual da Serra dos Martírios/Andorinhas (PESAM), no

[3] PA-AT-161: Fogão; PA-AT-166: Oito; PA-AT-168: Filhotes; PA-AT-169: Ventos; PA-AT-170: Feio; PA-AT-171: Forquilhas; PA-AT-172: Pau Leite; PA-AT-1730: Meia Lua.

trabalho de campo pude identificar três: PA-AT-159[4]: Neblina; PA-AT-160: Santuário; PA-AT-167: Três Bocas.

A escolha da localidade Casa de Pedra foi definida por dois motivos: i) a partir das informações na FCCM, obtidas em atividades de campo no mês de fevereiro de 2008, que apontaram o aumento de depredação que atingem os sítios arqueológicos da localidade; ii) a existência de um abrigo santuário (PA-AT-160) apropriado por romeiros há mais de duas décadas como um espaço de celebração do Festejo do Divino Espírito Santo, onde se encontram divindades, inclusive de outras localidades da Serra e do município de Orilândia do Norte. Assim, a pesquisa de campo coincidiu com o Festejo do Divino. Na ocasião mantive contato e importantes diálogos com moradores e professores de algumas localidades da Serra e de São Geraldo, em especifico com Leide Adailton e Elzir; com representantes da SEMA em especial a diretora do PESAM, Giselle Parise; alguns romeiros como D. Luiza e o Sr. Raimundo 'Caroço', ou seja, principalmente com os sujeitos sociais diretamente relacionados ao Parque e ao Festejo do Divino. O momento foi propicio a essa pesquisa devido à presença simultânea de diferentes instituições e dos romeiros.

Para análise, dividi este trabalho em três capítulos: no primeiro, discuto sobre as pesquisas arqueológicas no Brasil, e em particular na Amazônia, dando especial atenção ao Sudeste do Pará. No segundo capítulo, abordo os aportes teóricos metodológicos que nortearam esta pesquisa: o conceito de cultura e patrimônio cultural. Em seguida, mostrarei as conseqüências desse debate para a construção de uma legislação que salvaguarde o patrimônio cultural (arqueológico); E por último, no terceiro capítulo, abordarei a situação de alguns sítios arqueológicos da Serra das Andorinhas, particularmente os localizados na Casa de Pedra, no qual buscarei descrever os principais impactos sobre eles. Em seguida, analisarei alguns aspectos referentes a patrimônio arqueológico e a educação patrimonial na perspectiva dos próprios atores sociais que vivem na Serra das Andorinhas.

[4] As siglas e nomes dos sítios seguem o sistema trinominal para designação de sítios arqueológicos proposto por Simões e Araújo Costa (1978) para Amazônia Legal brasileira, por exemplo: **PA**= Estado do Para; **AT**= área Araguaia Tocantins; uma seqüência numérica, **159**; e o nome do sitio, **Neblina**, que é definido durante a pesquisa. NUNES & LEITE, 2004, p.39.

E por último, trago nos anexos, um glossário, a fim de melhor explicitar alguns dos termos técnicos relacionados à arqueologia, que em grande parte foi baseado na dissertação de mestrado de PARDI (2002).

I CAPITULO

PESQUISAS ARQUEOLÓGICAS NO BRASIL: UM ESBOÇO

Foto: Reginéia Brito/Nov 2007

Foto 2. Gravura Rupestre zoomorfa, preenchida com areia, do sitio TO-XA-01: Ilha dos Martírios

Neste capitulo faço uma breve discussão sobre o que é a arqueologia. Para isso farei uma panorâmica do desenvolvimento das pesquisas arqueológicas no Brasil, seus impasses e perspectivas, delimitando sempre que possível, a Amazônia, e por fim o Sudeste do Pará.

1.1 – Arqueologia, que bicho é esse?!

Na acepção comum, a arqueologia geralmente é correlacionada àquela histórica pratica romântica e aventureira, onde se cava buracos no chão, a procura de objetos antigos; idéia reforçada pelos filmes de caça a tesouros, no qual podemos lembrar facilmente do grande sucesso do filme de Indiana Jones dirigido por Steven Spielberg. Entretanto, como veremos, ela é muito mais que isso, ou seja, uma ciência que possui métodos e técnicas próprias, e nesse sentido, é interessante o percurso feito por Funari (2003) na obra *Arqueologia* do qual usaremos para algumas considerações introdutórias sobre esta ciência.

Segundo Funari (2003) a Arqueologia surge no bojo do Imperialismo do século XIX, como um subproduto das potencias européias e dos Estados Unidos que procuravam enriquecer seus territórios. Este período foi também marcado pela afirmação dos estados nacionais e pela ideologia nacionalista que buscava resgatar/criar valores para explicar e justificar nações que surgiam ou se consolidavam, para tanto a arqueologia vai corroborar no estudo dos primórdios dessas nacionalidades, por exemplo, a arqueologia medieval européia. Nesse cenário é onde surgem os responsáveis pela essa visão aventureira, isto é, pelos primeiros arqueólogos, como Heinrich Schliemann (1822-1890) e Howard Carter (1874-1939) os quais realizaram buscas incansáveis a procura de vestígios de cidades e seus tesouros, às vezes históricos às vezes míticos.

Há de se fazer uma distinção no desenvolvimento da arqueologia: nos EUA durante o século XIX ela era uma das áreas que encarregada de estudar os vestígios dos índios mortos, juntamente com a lingüística voltada para o estudo das línguas e a etnologia dedicada a observar os índios vivos, compunha a antropologia das sociedades ameríndias. No caso da Europa, arqueologia surge, derivada da filosofia e a historia, preocupada com os vestígios materiais das civilizações ocidentais, com destaque para as civilizações grega e romana, ficando assim também conhecida como arqueologia clássica. (Funari, p. 24, 2003).

E, na medida em que os objetivos da arqueologia se referem às sociedades humanas, ela compartilha com outras ciências sociais muitas questões, e assim como elas, necessita de um a abordagem interdisciplinar para explicar a complexidade do seu objeto de estudo, sendo que a especificidade da arqueologia consiste em tratar, particularmente, da cultura material, das coisas, de tudo que, em termos materiais, se refere à vida humana, no passado e no presente (idem, p. 18, 2003).

Para além da visão tradicional[5], nos últimos anos arqueologia tem se desenvolvido e ampliado o seu campo de estudo, pois com o decorrer do século XX, a exemplos se desenvolveram as pesquisas da arqueologia Industrial (estudos de construções e objetos ligados a indústria, no passado e no presente) e a chamada Arqueologia histórica, definida como o estudo arqueológico do 'mundo moderno'; no caso do Brasil, a arqueologia histórica, perpassa pelo estudo das edificações, fortes, igrejas, engenhos, e suas ruínas, entre outros, a partir do período colonial. Além disso, há as novas especialidades de arqueologia, como a subaquática que marcada pelo trabalho em equipe, os arqueólogos adaptam seus métodos e técnicas para o ambiente aquático.

De um ponto de vista mais amplo, e de influencia marxista, o mesmo autor, coloca que a porção da totalidade material pela arqueologia não se restringe ao produto do trabalho humano, pois além dos 'artefatos' são estudados também os 'ecofatos' e os 'biofatos'(vestígios do meio ambiente e restos de animais associados aos seres humanos), também ligados à apropriação da natureza pelo homem. Funari ressalta, ainda que a apropriação humana da natureza é histórica e expressa determinada organização social, desta forma "a Arqueologia estuda diretamente a totalidade material apropriada pelas sociedades humanas, como parte de uma cultura total, material e imaterial, sem limitações de caráter cronológico"(idem, p.14-15).

Em relação aos tipos de vestígios encontrados, Prous (1992) classifica os vestígios arqueológicos em *diretos* e *indiretos.* Os vestígios diretos são os testemunhos presentes nos níveis arqueológicos, podendo ser visíveis (*macrovestígios,* tais como a cerâmica e o líticos) ou não (*microvestígios*, tais como: resíduos de alimentos na superfície de vasilhas cerâmicas, em gumes de instrumentos líticos, sementes e polens no solo, etc). Quantos as

[5] Certamente oriunda, também, do apego à etimologia da palavra que do grego (*Arkhaios*, antigo, e *logos*, ciência) significa 'conhecimento dos primórdios' ou 'o relato das coisas antigas'.

vestígios indiretos, trata-se dos objetos ou estruturas ausentes do lugar onde poderia esperar que existissem, neste caso chamado de vestígios *negativos*, tais como a ruptura de homogeneidade (cor, textura) de sedimento em determinado ponto revelando o local de um poste ou esteio, agora desaparecido, mas percebido por seu 'negativo'; bem como os vestígios *sugestivos*, como um pilão ou mós, que indicam a coleta de vegetais as serem triturados, mesmo que não sejam encontrados na escavação.

E, segundo Schaan (2007), em termos de conceitos, tendo como referencia essa cultura material, os arqueólogos entendem que o sítio arqueológico é o local onde se encontra esses vestígios arqueológicos, sendo que esse local pode ser delimitado pela identificação da área de dispersão desses vestígios, isto é, observando-se desde as alterações da paisagem através da modificação do curso de rios, escavações de lagos e diques, construção de estruturas de terras gigantescas de terra e/ou de conchas, realização de pinturas e gravura na rocha, até os resíduos de habitações e vida domestica e social, etc. Nesse sentido, segundo a mesma autora, os sítios arqueológicos podem ser agrupados e classificados tipologicamente, isso de acordo, por exemplo, com o tipo de vestígios encontrados, a sua exposição, a função social do sítio.

Ressalta-se também que, como coloca Neves (1995), na arqueologia brasileira, assim como na arqueologia americana, o sistema de periodização da historia pré-colonial utilizado pelos arqueólogos diferencia-se da ordenação dos períodos da pré-história do velho mundo, pois não se usam termos com 'paleolítico', 'idade da pedra' ou 'idade dos metais'. O sistema aqui empregado é adaptado do esquema proposto em 1958 por Gordon Willey e Philip Philips, e que os estágios são definidos a partir de critérios econômicos (padrões de uso dos recursos naturais) e cronológicos (mudanças climáticas, de temperatura média do planeta), cito: paleoíndio, arcaico e formativo.

O *paleoíndio* corresponde ao intervalo que se estende desde as primeiras ocupações do continente americano até o final do Pleistoceno, há cerca de 10mil anos, uma época marcada pelo aumento das temperaturas médias do planeta e pelo fim das glaciações. As evidências disponíveis para o período paleoíndio, em sua maioria composta por artefatos de pedra lascada, indicam uma diversidade de modos de aproveitamento dos recursos naturais: haviam populações de caçadores especializados em grandes animais e também grupos que faziam uso variado de um maior numero de recurso.

O *arcaico* também inclui populações de caçadores, mas nesse caso adaptados as condições climáticas mais próximas das atuais. As ocupações arcaicas situam-se cronologicamente dentro do Holoceno, um período geológico que se estende desde há 10 mil anos até o presente. Com a extinção de vários animais caçados pelos ancestrais paleoíndios, as populações arcaicas adotaram estratégias adaptativas que incluíam a exploração de recursos aquáticos como moluscos, a caça de pequenos animais e o manejo e domesticação de varias espécies de plantas.

O *formativo* foi definido "pela presença de agricultura ou qualquer outra economia de subsistência de eficiência comparável, e pela integração bem sucedida dessa economia a ocupações sedentárias em aldeias". A prática da agricultura e a redução do nomadismo tiveram com conseqüência um aumento populações e consequentemente o aumento da densidade demográfica (Willey e Philips, 1958 *apud* Neves, p. 176-177, 1995).

1.2 – Panorâmica do desenvolvimento da arqueologia no Brasil

O Estudo sistemático da literatura arqueológica nacional evidencia que a primeira geração de arqueólogos profissionais deixou legado surpreendente, isto é, evidenciaram[6] em poucos anos de trabalho uma enorme diversidade sócio-cultural das sociedades pré-contato. Em *Arqueologia Brasileira,* Prous (1992), traça um breve histórico sobre essas primeiras pesquisas, portanto as considerações a seguir, serão em grande, parte baseados nessa obra.

Segundo Prous (1992), as primeiras obras que apresentam informações sobre arqueologia não são de estudos específicos, na realidade, foram realizadas muitas alusões baseadas em relatos cronistas, desde o século XVI, de ordem, sobretudo etnográfica, embora isso tenha ajudado a localizar grupos indígenas, muitos dos quais hoje extintos. Nessa época, as autoridades coloniais, não se preocupavam em incentivar o estudo de antigas culturas indígenas[7], quando muito, oficiais da Coroa coletavam objetos exóticos

[6] Nessa fase inicial as pesquisas arqueológicas foram eminentemente de caráter exploratório.
[7] Até o século XVIII, apesar da veiculação do mito do 'bom selvagem, as chamadas culturas 'primitivas' não eram consideradas dignas do interesse científico.

para o Gabinete Real de Curiosidades; sendo que até o fim do século XVIII [8], poucos foram os títulos sobre arqueologia.

No inicio do século XIX, com a instalação da Corte Portuguesa no Brasil, vieram, também a necessidade de se conhecer melhor o país, para uma exploração sistemática e mais diversificada, chegando assim os primeiros naturalistas, a maioria europeus a serviço de outros governos, em busca do conhecimento da natureza e de populações indígenas brasileiras.

Nesse contexto a arqueologia, deu seus primeiros passos, com a com pesquisas de naturalistas como Peter Wilhem Lund, paleontólogo e botânico dinamarquês, que entre 1834 e 1844, montou residência e um laboratório de paleontologia em Lagoa Santa, Minas Gerais; onde pesquisou mais de 800 cavernas e descobriu fosseis de milhares de anos de animais extintos[9] e restos humanos. Em alguns casos esses vestígios foram encontrados juntos, como os ossos humanos misturados com vestígios desses animais, na lagoa subterrânea do Sumidouro, na mesma região de Lagoa Santa. Através de pesquisas realizadas, Peter W. Lund, defendeu a origem humana dos sambaquis, fazendo inclusive analogias com formações semelhantes na Dinamarca, e possibilitou reflexões teóricas sobre a existência de um homem *antediluviano*, fazendo-se referência ao pensamento religioso predominante da época, ou seja, a possibilidade de um homem americano pleistocênico, mas isso durante muito tempo fora ignorado.

A ampliação das pesquisas arqueológicas veio a partir da década de 1870 com as atividades desenvolvidas pelo Museu nacional do Rio de Janeiro e com a vinda de estrangeiros para expedições na Amazônia e em outras partes do país. Logo depois da queda do Império, também foram iniciados trabalhos do pelo Museu Paulista. Nota-se certo antagonismo entre essas instituições (a primeira monárquica, e a segunda republicana), e isso foi vivenciado, por exemplo, nas hipóteses de origem dos sambaquis: o diretor do Museu Nacional, Ladislau Neto, apoiava-se nas evidencias e numerosos objetos coletados nos sítios que estavam sendo destruídos[10] no litoral sul brasileiro e acreditava na origem artificial dos sambaquis; enquanto que o Museu Paulista manteve a hipótese da

[8] Porém há de se lembrar que a própria arqueologia, em quanto Ciência, só vai surgir na Europa no século XVIII com as escavações da cidade de Pompéia.
[9] Por estas pioneiras pesquisas, Peter W. Lund é considerado o 'pai da paleontologia brasileira'.
[10] Desde o século XVI, as conchas eram transformadas em cal para servir em construções, isso só veio a ser veemente proibido em 1961, com a promulgação da lei federal nº. 3.924.

origem natural durante muito tempo, mas após as várias evidências foi ‘obrigado’ a concordar com a origem artificial. Ressalta-se que essas pesquisas, embora se referissem ao período pré-histórico, foram realizadas por estudiosos de outras áreas e que não haviam estudado propriamente a arqueologia.

Na Amazônia, em 1880 e 1900, as primeiras foram realizadas: Emilio Goeldi escavou a necrópole de Cunani, e K. Rath, escavou um sitio no Marajó, revelando uma elaborada cerâmica local. Um fato interessante aconteceu em 1882, quando o egiptólogo americano Paul l’Epine, contratado por Ladislau Neto, pensou ter identificado na recém-descoberta cerâmica marajoara hieroglíficos egípcios, indianos, chineses e mexicanos. A publicação desta pesquisa por Ladislau Neto, lançou o modelo de quadros comparativos na arqueologia, o que viria a perdurar até a década de 1960.

Após a segunda guerra mundial, devido a ações de intelectuais, como Paulo Duarte, que manteve contatos com Paul Rivet, diretor o Museu do Homem em paris, iniciou-se a pesquisa acadêmica em arqueologia, Duarte, um dos fundadores da Universidade de São Paulo (USP) na década de 1930, também criou a Comissão Pré-história da USP. Ressalta-se, também, a vinda de profissionais nas chamadas missões estrangeiras, a grande maioria americanos e franceses, que além de realizarem escavações, orientavam também os primeiros arqueólogos brasileiros.

Entre esses pesquisadores é possível destacar, o casal americano Clifford Evans e Betty J. Meggers que, nos anos de 1949-1950, escavaram a foz do rio Amazonas, com destaque para a ilha do Marajó e o no Amapá, conseguiram elaborar uma cronologia para as culturas das ilhas; pois as datações mostraram que a introdução da cerâmica no Brasil era muito mais antiga do que se imaginava. A parti desse período o Museu Paraense Emilio Goeldi passa a realizar pesquisas da arqueologia Amazônica, principalmente em relação a sítios cerâmicos, na linha indicada pelos Evans. Estes pesquisadores aplicaram técnicas relativamente novas e até então inéditas na Amazônia, tais como a escavação estratigráfica, analise tipológica e quantitativa dos restos cerâmicos, a seriação, a definição de seqüências culturais no tempo e no espaço (as fases); com o estudo dos padrões de assentamentos através de explicações ecológicas (baseados no conceito de limitação ambiental) procuraram elucidar o desenvolvimento da cultura e reconstruir a pré-história da região.

Outros pesquisadores, como o geógrafo Joseph Emperaire e sua esposa Anette Laming, que convidados por Paulo Duarte escavaram sambaquis do Paraná e de São Paulo entre os anos de 1954-1956, trouxeram as primeiras datações radiocarbônicas para arqueologia brasileira. Em trabalhos feitos nos sítios do interior do Paraná, realizaram as primeiras tentativas de análise de microfósseis em sedimentos arqueológicos. Anette Laming-Emperaire lecionou durantes anos, dirigindo inclusive estagio de escavação de treinamento; a partir da criação do Centro de Ensino e de Pesquisas Arqueológicas (CEPA) em 1956, orientou vários cursos e seminários principalmente sobre a indústria lítica, dos quais se destaca o Seminário de Ensino e Pesquisa em Sítios Pré-cerâmicos, realizado em 1966, do qual resultou o 'Guia para Estudos das indústrias líticas da América do Sul'.

Entre os anos de 1965 a 1971 elaborou-se um grande projeto de âmbito nacional que reuniu o Museu Paraense Emilio Goeldi e a maior parte de pesquisadores isolados do Sul e Nordeste, e contou com a colaboração da Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) e da Smithsonian Institution (SI). Este projeto, denominado Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas (PRONAPA), visou elaborar, sem demora, um quadro geral das culturas brasileiras, se utilizando basicamente de uma metodologia de prospecções e testes de escavações pequenas e rápidas. Com isso foram registrados milhares de sítios, mas a maioria eram sítios cerâmicos e que pertenciam a períodos mais recentes da pré-história brasileira.

Assim, no seu transcurso original, a arqueologia brasileira fora feita pelos poucos profissionais[11], na maioria, ligados a instituições acadêmicas e museus, bem como, pelos já mencionados pesquisadores estrangeiros, portanto, essa origem resultou em heterogeneidade no plano das contribuições, das finalidades, das abordagens e dos métodos da pesquisa arqueológica no Brasil.

Aos poucos, a arqueologia brasileira foi se desenvolvendo, conquistando espaço na academia com cursos de graduação e pós-graduação e passou a realizar pesquisas no campo histórico, como por exemplo, nas reduções jesuíticas, fortes coloniais e quilombos. Nota-se também a organização dos arqueólogos, quando em março de 1980, criaram uma

[11] Deve-se também registrar os trabalhos, realizados pelos chamados amadores, os quais acompanhavam as explorações de sambaqui e outros tipos de sítios, coletando valiosas informações sobre sítios hoje destruídos; A exemplo, um desses amadores, Guilherme Tiburtius, acumulou uma magnífica coleção arqueológica que posteriormente foi doada para o Museu do Sambaqui de Joinville, criado especialmente para recebê-la.

Sociedade Brasileira de Arqueologia (SAB), cuja primeira reunião cientifica foi realizada em 1981, e a próxima será em 2009, na cidade de Belém[12].

Atualmente, esse quadro se ampliou bastante, pois de acordo com o levantamento disponibilizado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), em 1998, com o numero de 12.517 sítios arqueológicos em todo o território nacional, porém há estimativas que este quadro já ultrapasse 20 mil sítios arqueológicos[13].

1.3 – Arqueologia Amazônica

A Amazônia Legal caracteriza-se pela predominância de floresta tropical úmida[14] a qual se estende por oito países da América do sul, sendo, porém a sua maior extensão no território brasileiro, distribuídas em noves Estados: Acre, Amapá, Amazonas, oeste do Maranhão, Mato grosso, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins, o que corresponde a 60% da região e a dois terços do território nacional. E, apesar do parcimonioso investimento às pesquisas, a grandes e remotas distancias do território, a falta de profissionais na área, entre outros, essa região tem sido há muito tempo foco de um debate a respeito do impacto do ambiente úmido tropical sobre o desenvolvimento das culturas indígenas. (SCHAAN, 2007; ROOSELVET, 1992)

No que diz respeito à cronologia de ocupação humana dessa região, já no período de transição entre o Pleistoceno e o Holoceno, por volta de 12 mil anos atrás, toda a América do Sul estava povoada, desde o ponto mais setentrional até a Terra do Fogo. O numero de sítios é importante e no caso do Brasil, a partir dessa época, dispomos de grande quantidade de informações e datações sobre grupos pré-históricos (GUIDON, p. 42,1992).

No Brasil, o estudo e conhecimento da pré-histórica amazônica, historicamente, estão relacionados com as pesquisas centenárias Museu Paraense Emílio Goeldi. Com a criação deste museu as primeiras investigações arqueológicas foram realizadas por Ferreira Pena, também correspondente do Museu Nacional, na década de 1870 e 1880, em expedições a ilha do Marajó, nos rios Tocantins, Amazonas, Xingu, Maracá e no litoral do

[12] A atual presidente da SAB é Denise P. Schaan que também é professora da UFPA, coordenando o curso de especialização em Arqueologia e vice-coordenadora da pós-graduação em ciências sociais.
[13] Estimativas apresentadas em um website de arqueologia, no seguinte endereço: http://www.comciencia.br
[14] Embora apresente também, ecossistemas de transição como em áreas de cerrado a Sul e de campos ao Norte (estados do Pará, Amapá, Pará e Roraima).

Pará. Neste período, por exemplo, é que foram 'descobertos' a cerâmica marajoara e seus os tesos como o do Pascoval; as urnas funerárias em grutas da Serra do Laranjal, próximas do rio Maracá e os sambaquis do litoral nordeste do paraense entre a cidade de Salinas e a Baia de Japerica, na região do Salgado. (BARRETO, 1992)

O quadro das pesquisas arqueológicas na Amazônia se ampliou com a realização do Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas na Bacia Amazônica (PRONAPABA), nos anos de 1977 a 1981, organizado através de uma parceria entre o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico-CNPq e a Smithsonian Institution, de Washington. Esse programa de levantamento e estudo de sítios arqueológicos foi a versão amazônica de um primeiro do já mencionado PRONAPA (Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas) que entre os anos de 1965 a 1970, mapeou sítios arqueológicos em várias parte do território brasileiro. Desta forma, os objetivos básicos do PRONAPABA também fora voltados para os estudos dos padrões de povoamento, as rotas de difusão das antigas populações pré-históricas e suas respectivas características culturais, no período pré-histórico da região amazônica. No contexto dessas pesquisas foi a elaborada uma denominação dos sítios, proposta por Simões e Araújo Costa (1978), através da divisão da Amazônia em áreas geográficas, conferindo a cada área uma sigla constituída pela abreviatura do estado e da área. Em cada uma dessas áreas os sítios recebiam um número seqüencial e um nome individual, geralmente seguindo a denominação local. (BARRETO, 1992)

Com relação ao que os arqueólogos chamam de primeira fase arcaica da Grande Amazônia, destacam-se os abrigos rochosos os quais têm apresentado diversos conjuntos de artefatos líticos lascados por percussão. Foram identificados no abrigo do Sol no rio Galera, sudoeste do estado do Mato Grosso, ao sul da bacia amazônica; neste abrigo arenítico que possui também arte rupestre, artefatos líticos estavam em níveis estratigráficos inferiores, bem como material cerâmico nos níveis superiores, as suas camadas pré-cerâmicas produziram várias datas radiocabônicas na faixa de cerca de 10.000-7.000 a.C. (Roosevelt, p. 58, 1992).

Outros achados importantes de artefatos líticos lascados por percussão são identificados em grandes e numerosos sambaquis ao longo do baixo e foz do Amazonas e outros rios que desembocam no Atlântico. Um desses sambaquis, de Taperinha, perto de

Santarém na borda de um terraço ribeirinho do Pleistoceno tardio. A idade deste sambaqui cerâmico foi estabelecida entre 5000 e 4000 a.C., tendo sido baseada em doze datações radiocarbônicas realizadas em carvão, conchas e carbono proveniente da cerâmica, sendo também realizada uma datação da cerâmica por termoluminescência. Já os sedimentos lacustres associados ao sistema de terraço do rio no qual o sítio foi localizado provêm de entre 8000 e 6000 a.C. Meticulosamente datada, trata-se da mais antiga cerâmica conhecida das Américas, achado este que não coadunam com a expectativas dos antropólogos ambientalistas que enfatizam a transitoriedade dos assentamentos indígenas e o retardamento cultural da região (ROOSEVELT, p.63, 1992).

Outros sambaquis ao longo do estuário amazônico, ao norte do Pará, um pouco a sudoeste da foz do Amazonas que, juntos foram denominados de complexo Mina[15], possuem datações radiocarbônicas entre 3000 e 2000 ou 1500 a.C., dependendo como cada um define o fim da sua fase, e um registro de 3.500 a.C.inexplicavelmente não foi publicado pelos pesquisadores [16](ROOSEVELT, p. 62-63, 1992).

O baixo Amazonas possui algumas das datas mais antigas para o continente sul-americano. As pesquisas realizadas por Roosevelt, na caverna da Pedra Pintada, nas proximidades de Santarém (PA), indicam a presença do homem na região há pelo menos 11 mil anos.

1.3.1 – Estudos arqueológicos no Sudeste do Pará e a atuação da FCCM

A partir de 1976, sob auspício do PRONAPABA, deu-se inicio ao Projeto Baixo rio Tocantins (PA), que logo no ano seguinte, mediante acordo com a ELETRONORTE, tomou um cunho de salvamento arqueológico devido à construção da barragem de Tucuruí. As pesquisas arqueológicas previstas neste projeto, realizadas por pesquisadores do MPEG, como Mário F. Simões, Eneida Malerbi e Fernanda Araújo Costa, compreendia a região desde a cidade de Marabá até a foz do rio Tocantins, sendo assim prospectados 37 sítios arqueológicos, identificados em três fases cerâmicas: Tauari, Tucuruí e Tauá, todas

[15] Esse complexo foi assim denominado devido à exploração dos seus sambaquis para a obtenção de cal.
[16] Sobre esse assunto ver o artigo *Arqueologia e o Imperialismo Ianque* de Júlio Meirelles Steglich; disponível em http://www.anovademocracia.com.br Produzido em: 12 September, 2008, 16:44.

pertencentes a culturas típicas de horticultores de floresta tropical (BARRETO, 1992, p.252-253).

1.3.2 – A Fundação da Casa de Cultura de Marabá

A pesquisa arqueológica na região sudeste do Pará terá nos anos seguinte, isto é, em 1978, um outro importante momento, foi a identificação do material arqueológico a margem esquerda do Rio Tocantins, próximo a Vila Espírito Santo, no município de Marabá, pelo pesquisador Noé Von Atzingen[17]. Este fato impulsionou outras descobertas de sítios arqueológicos, bem como de atividades nas comunidades locais, realizadas por jovens ambientalistas do Grupo Ecológico de Marabá (GEMA), como palestras e exposições itinerantes em caminhões até que em 1984, criou-se a Fundação Casa da Cultura de Marabá que passou ser responsável pelo acervo regional já adquirido.

Na FCCM, além da ampliação de outras áreas de pesquisas como botânica, antropologia, zoologia entre outros, em 1987, com o apoio do MPEG, foi criado o setor de arqueologia o qual passou a centralizar os estudos de levantamento e documentação de sítios arqueológicos, bem como de palestras a estudantes e visitantes do setor, ou seja, na participação e reconhecimento da sociedade. Isso significa que esses estudos, consistiam basicamente na coleta de material arqueológico em superfície, identificação e documentação dos sítios, além de muitas atividades de sensibilização a dimensão e importância do patrimônio arqueológico regional.(ATZINGEN, N.V; SILVA, J.M. & RODRIGUES, M. C., 1999)

Nota-se que em 1999, devido ao crescimento das atividades no setor, e afim dinamiza-las ainda mais, foi criado o Núcleo de Arqueologia de Marabá (NAM). E, em consonância com tal desenvolvimento, neste mesmo ano a Fundação receberia do IPHAN o prêmio nacional *Rodrigo Mello Franco de Andrade* pela grande contribuição na conservação e promoção do patrimônio natural, cultural, histórico e arqueológico da região.

A partir do ano de 2003, com foi firmado um contrato de cooperação técnico - cientifica entre a FCCM e a empresa *Scientia* Consultoria Cientifica, e mediante portarias

[17] Na época, recém chegado na região, através do projeto Rondon do Núcleo Avançado da USP em Marabá.

de autorização do IPHAN, as pesquisas nessa região tiveram um caráter eminentemente de salvamento arqueológico, ou seja, as pesquisas deram-se em contextos de grandes empreendimentos, como de linhas de transmissões de energia e exploração mineralógicas. Ressalta-se que devido aos investimentos oriundos desses projetos, em 2005, o setor de Antropologia foi incorporado ao NAM (renomeado para Núcleo de Arqueologia e Etnologia de Marabá), já que nessa parceria, construíram-se novos equipamentos e instalações mais amplas e adequadas. (NUNES & LEITE, 2004 p.31-39)

1.3.3 – O Que Faz o Núcleo Arqueologia de Marabá?

Nesse percurso, o NAM se tornou instituição de pesquisa nacionalmente reconhecida, em relação à arqueologia desenvolve atividades de campo, desde a identificação e registro de sítios arqueológicos, passando inclusive a realizar escavações arqueológicas; até as atividades de Laboratório, como a higienização, análise e registro do material arqueológico resgatado, reconstituições e descrição de artefatos arqueológicos, bem como seu respectivo acondicionamento e curadoria[18]. Além disso, desenvolve atividades de divulgação exposição, palestras, apoio à pesquisa escolar, apoio à pesquisa acadêmica, publicações e educação patrimonial.

Desta forma, o NAM tem desenvolvido um intenso trabalho na proteção aos sítios arqueológicos e na geração de conhecimentos sobre a ocupação pré-histórica da região, desenvolvendo trabalhos em uma ampla área que abrange parte dos Estados do Pará, Maranhão e Tocantins, como exemplo, a Serra dos Carajás, Serra da Buritirana, Paleo Canal do Tocantins, Serra Pelada, APA Barreira das Antas, e a Serra das Andorinhas a qual a partir daqui daremos maior enfoque, principalmente no concerne ao seu patrimônio cultural (arqueológico).

[18] Nota-se o vasto e diversificado acervo arqueológico e etnográfico que o NAM/FCCM acumulou ao longo de mais de 20 anos de pesquisa, segundo recente levantamento, somando-se também o acervo de salvamentos arqueológicos conta com 196.614 fragmentos cerâmicos, 64 peças cerâmicas, 24.076 fragmentos líticos, 164 peças líticas, 284 vestígios orgânicos, em 325 sítios cadastrados (i.v. Noé Von Atzingen, novembro de 2007). Quanto acervo etnográfico, já no ano de 2005 somava-se seis mil peças, compreendidas entre artesanatos, regionais, indígenas, objetos históricos, moedas, cédulas e selos.

II CAPITULO

CULTURA e PATRIMÔNIO: ALGUMAS ABORDAGENS

Foto: Irislane Moraes/Maio 2008

Foto 3. Após o Encontro das Bandeiras os romeiros cantam e ajoelham-se diante do cruzeiro

O objetivo deste capítulo é analisar históricamente como se deu a elaboração dos conceitos patrimônio e cultura, para em seguida entender como se constrói o conceito de patrimônio cultural, dando enfoque, principalmente, para o patrimônio arqueológico. Após isso, analisarei como esse debate repercutiu para construção de uma legislação e sua aplicação na salvaguarda do patrimônio cultural.

2.1 – Cultura na abordagem antropológica

A abrangência conceitual na abordagem do patrimônio cultural está relacionada com a retomada da definição antropológica da cultura. Para ajudar nessa discussão também discutiremos como foi esse processo de constituição da noção de cultura.

Desde o surgimento da noção de cultura, vários teóricos tentaram delimitá-la. Uma multiplicidade conceitual, muitas das quais ambíguas. E, ao lado dessas tentativas, veio a popularização do termo, ganhando no nosso cotidiano um uso social crescente, pois volta e meia estamos ouvindo algo como 'fulano tem cultura' ou mesmo a inúmeras adjetivações ao termo, por exemplo: cultura de massa, cultura popular, cultura da morte, cultura política etc.

Nesse sentido, muito nos ajuda o recorte dessa noção nas ciências sociais ou mesmo na antropologia e como propõe o antropólogo Roque Laraia: ver a *Cultura* como *um conceito antropológico*. Portanto o conceito de cultura torna-se imprescindível para interpretação da vida social; daí logo nos vem outras questões que há muito marca a reflexão sobre a Humanidade, tais como: o que diferencia os vários grupos humanos entre si? Surge uma idéia instantânea: ' a *Cultura*!' E, respectivamente, a *Diversidade Cultural*!' Mas é possível falar de uma Cultura?

A noção de cultura, ou mesmo das culturas, e sua respectiva evolução histórica, nos é essencial para quando se pretende pensar a diversidade humana, isto é, dos vários grupos sociais existentes para além da perspectiva biológica, já que, em nós nada é puramente natural. Por exemplo, necessidades tidas como fisiológicas (sono, fome, desejo sexual, se alimentar) guardam forte relação com os costumes culturais (de horários, expressões, crenças, hábitos, tabus, etc).

Nos estudos da gênese social da palavra e da idéia de cultura, bem como a evolução histórica do termo, ela é oriunda do latim [*cultura*] que significa, entre outros, o cuidado

dispensado ao campo ou a gado sendo que, já no século XIII, utilizada para representar uma parcela ou um estado de terra cultivada.

Como já podemos observar, o histórico do conceito é antigo, desta forma, me baseio no traçado feito por CUCHE (2002). Segundo este autor somente a partir do XVIII é que o termo começa a ganhar o seu moderno sentido figurado e, por exemplo, presente no vocabulário francês antes de mesmo de 1700, esse sentido é então incorporado no *Dicionário da Academia francesa* (edição de 1718), portanto em termos gerais o século XVIII pode ser considerado o período de formação do sentido moderno do conceito de Cultura.

Entretanto, no contexto desse século, o conceito em questão estará associado a complementos (cultura das artes, das letras, das ciências, etc.) e principalmente era sempre utilizado no singular, demonstrando em grande parte a influencia da ideologia iluminista de universalismo e humanismo filosófico, sendo comum a correlação com outros termos e ou idéias de progresso, de evolução e, em grande medida, de civilização.

Ressalta-se, também, que neste devir, a Alemanha com o termo *Kultur* vai ampliar o debate para tal conceitualização, com um diferencial, que na noção alemã, principalmente a partir do século XIX, vai se tender para a delimitação e consolidação das diferenças nacionais, ou seja, será uma concepção mais particularista em contrapartida a noção francesa de universalidade. Assim, o debate franco-alemão destas distintas percepções, entre o século XVIII ao XX, vai subsidiar a constituição contemporânea do conceito de cultura, bem como as principais escolas antropológicas.

Uma das pioneiras definições do conceito de cultura será proposta pelo antropólogo britânico Edward Burnett Tylor (1832-1917), vejamos:

> Cultura e civilização, tomadas em seu sentido etnológico mais vasto, são um conjunto complexo que inclui o conhecimento, as crença a arte, a moral, o direito, os costumes e outras capacidades ou hábitos adquiridos pelo homem enquanto membro da sociedade (Tylor, 1871 p.1 *apud* CUCHE, 2002).

Há aqui algumas ponderações. Embora esta conceituação em alguma medida rompa com as definições mais restritiva e individualista da cultura, é ainda descritiva e objetiva, sendo que Tylor, influenciado pelo Iluminismo do século XVIII, adere então à concepção universalista, portanto, a cultura é para ele a expressão da totalidade da vida social do homem, caracterizada principalmente pela dimensão coletiva.

Segundo CUCHE (2002), nos seus estudos e no seu livro *Cultura Primitiva* 1871, Tylor chega à conclusão de que a cultura dos povos primitivos era a sobrevivência das primeiras fases da evolução, as quais os povos civilizados teriam passado anteriormente e, portanto ela representava globalmente a cultura original da humanidade; daí alguns dos principais fundamentos da escola evolucionista do século XIX.

Em contrapartida, às "conjecturas" evolucionistas vão suscitar as criticas de um outro teórico que nos deixará contribuições não somente a para o triunfo do conceito de cultura (e concomitante superação da noção de *raça*, ou seja, da analise da diversidade humana pelo viés biológico e racial), mas principalmente para constituição da própria Antropologia enquanto Ciência Social. Trata-se de Franz Boas (1858-1942)[19], que trouxe contribuições para a antropologia, entre outras, se destaca: o pioneirismo das primeiras pesquisas *in situ* e observação direta e prolongada das então chamadas culturas primitivas, além da formulação metodológica do relativismo cultural. Esse trabalhos foram aprofundados pela antropologia cultural americana, através da escola 'cultura e personalidade' na qual se destacaram teóricos como Alfred Kroeber, Ruth Bendict e Margaret Mead .

Na França, essa escola não terá muitos adeptos, porém, o conceito de cultura sob uma nova perspectiva, vão se destacar os trabalhos de Claude Levi-strauss o qual vai dizer:

> (...) toda cultura pode ser considerada como um conjunto de sistemas simbólicos. No primeiro plano destes sistemas simbólicos colocam-se a linguagem, as regras matrimoniais, as relações de econômicas, a arte, a ciência, a religião. Todos estes sistemas buscam exprimir certos aspectos da realidade física e da realidade social, e mais ainda, as relações que estes dois tipos de realidade estabelecem entre si e que os próprios sistemas simbólicos estabelecem uns com os outros." (1950, p.19, *apud* CUCHE, 2002)

Para Levi-Strauss, a cultura é justamente a ruptura ou substituição da natureza perceptível em toda a humanidade através da proibição do incesto. Sendo assim a ambição da sua antropologia estrutural, de localizar e repertorizar as invariantes, ou os materiais culturais sempre idênticos de uma cultura a outra, pois as culturas particulares não podem ser compreendidas sem referencia a Cultura (o capital comum da humanidade) na qual

[19] Vindo de família judia alemã liberal, de formação em física, matemática e geografia lançou-se às pesquisas antropológicas norteado pelo pensar a diferença, as quais se iniciaram com expedições, desde 1883-1884 na América do Norte sobre os Esquimós da terra do Baffin; em 1986-1889 realizou pesquisas etnográficas de campo junto aos índios da Costa Noroeste, na Colúmbia britânica e posteriormente entre os Kwakiutl, os Chinook e os Tsimshian. (CUCHE, 2002)

baseiam seu todos os seus modelos específicos. E nesse sentido, ele procura descobrir na variedade das produções humanas as categorias e as estruturas do espírito humano, ou seja, encontrar regras ou elementos culturais universais (os *a priori)* necessários a toda a vida social.

Sintetizando esse longo debate, podemos dizer que é difícil (ou eu diria impossível) estabelecer uma única definição do termo cultura. Clifford Geertz em Nova Luz sobre a Antropologia (2001) nos remete a Alfred Kroeber e C.Kluckhohn empenhados em copilar definitivamente as definições sobre cultura desde Tylor, haviam encontrado 171 classificáveis em 13 categorias. Os referidos autores apresentaram uma síntese a qual apresenta os elementos mais positivamente aceitos por muitos cientistas sociais contemporâneos:

> A cultura consiste em padrões explícitos e implícitos de comportamentos e para o comportamento, adquiridos e transmitidos por meio de símbolos, e que constituem as realizações características de grupos humanos, inclusive suas materializações em artefatos'(Alfred Kroeber & C. Kluckhohn, 1952, DICIOCIONÁRIO de Ciências Sociais, 1982).

Quanto ao próprio Geertz, em *A Interpretação das Culturas*, ele defende um conceito "essencialmente semiótico", pois assim como Max Weber, acredita "que o homem é um animal amarrado à teia de significados que ele mesmo teceu", assumindo assim "a cultura como sendo essa teia de significados e sua analise; portanto, não como uma ciência experimental em busca de leis, mas como uma ciência interpretativa, á procura do significado." (Geertz, 1973, p.15).

No contexto internacional, e após muitos debates, em 1982, a UNESCO conseguiu chegar a um acordo sobre a necessidade de uma definição mais abrangente para a cultura, que passa desde então a ser referência:

> Conjunto de características distintas, espirituais e materiais, intelectuais e afetivas, que caracterizam uma sociedade ou um grupo social (....) engloba, além das artes e letras, os modos de viver, os direitos fundamentais dos seres humanos, os sistemas de valor, as tradições e as crenças.

2.2 - Conceituando o Patrimônio

O conceito de patrimônio, tal qual o de cultura, possui uma grande polissemia, pois vários são os seus usos e significações, dependendo inclusive da situação de interlocução

no qual ele é empregado. Em certa medida, isso se deve ao fato de a temática do patrimônio cultural, a cada dia, ganhar mais espaço de debate seja na academia, seja na mídia e por extensão na sociedade em geral; por isso ao analisá-la devemos observar não só a apropriação e a ressemantização da noção de patrimônio – e de outros termos correlacionados tais como: valor, identidade, memória, etc. – mas também o crescente interesse da sociedade para os valores e potencialidades desse patrimônio cultural.

No sentido etimológico, o termo patrimônio vem do latim [*patrimonius*] e, segundo o dicionário Aurélio, significa herança paterna; bens de família; que no sentido figurado pode representar riqueza, seja ela moral, cultural ou intelectual. E, no sentido jurídico, complexo de bens (...) suscetível de apreciação econômica. Há também forte relação com a noção de pátria ou nação, como veremos mais adiante.

A noção de patrimônio, em termos gerais, nasce no final do século XVIII enquanto tradição inventada pelos Estados modernos do Ocidente e suas respectivas visões de história e de cidade. Assim, o patrimônio ora estava ligado à idéia de sagrado, ora a heranças ou bens de família, isto é, a um *legado* de uma memória social os quais fora herdado por um individuo, ou mesmo por um grupo, que ao recebê-lo, ao longo dos anos, o incorpora como elemento constitutivo da sua própria identidade.

Para exemplo dessa sedimentação histórica da noção de patrimônio, destaca-se o modelo francês, no qual, devido a uma longa historia da propriedade francesa, essa noção se estrutura em seis eixos explicativos: o religioso, o monárquico, o familiar, o nacional, o administrativo e o científico.

Na França, o patrimônio monárquico inicialmente imbricado com a religião, e que também não deixava de ser familiar, evolui para considerações de ordem cultural, pois são bibliotecas e arquivos reais a proteger e, posteriormente, monumentos e castelos, nestes últimos incluindo-se coleções de obras-de-arte. Assim a nobreza francesa passou a se organizar igualmente a fim de proteger seus bens e propriedades e, conscientes da relevância cultural de suas posses, os nobres, e mais tarde os burgueses, sujeitam-se a permitir que suas coleções fossem visitadas pelos curiosos que se dirigiam até elas.

Entretanto, com a Revolução francesa no século XVIII, surgem transformações profundas na concepção de patrimônio, principalmente no que tange à sua apropriação

coletiva, pois houve grandes desapropriações a fim de se materializar o sentimento nacional que se forma no novo sistema político. Desta forma, firma-se junto à noção de patrimônio a idéia de necessidade de políticas públicas para preservar e valorizar os bens representativos da nação (Babelon & Chastel, 1994 *Apud* Bo, João Batista Lunari, 2003).

Para Fonseca (1997) foi justamente "a idéia de nação que veio garantir o estatuto ideológico (do patrimônio), e foi o Estado nacional que veio assegurar, através de práticas específicas, a sua preservação (...). A noção de patrimônio se inseriu no projeto mais amplo de construção de uma identidade nacional, e passou a servir ao processo de consolidação dos estados-nação modernos" (Fonseca, 1997:54-59 *apud* Saladino 2006).

Assim, se esse patrimônio, que se considera de todos, deve ser preservado, é preciso estabelecer seus limites físicos, conceituais, regras e leis para que isto aconteça, ou seja, na construção do discurso do patrimônio se convencionou a necessidade de sua formalização, principalmente através de práticas e políticas públicas e seus instrumentos específicos, destacando-se o tombamento [20] e o inventário. Desta forma, percebe-se que o patrimônio, seja qual for a sua classificação (artístico, histórico, natural, arqueológico, etc.) passou a ter a função primeira de representação de uma nação, isto é, funciona como uma alegoria ou ícone dela.

Ressalta-se ainda, a construção e a apropriação da noção de patrimônio pelos países ocidentais, possibilitando também o surgimento de varias categorias de museus que atendessem às demandas sociais de cada época. Assim, para se delimitar o que seria um patrimônio, mensuravam-se a partir de características básicas, tais como a autenticidade, a monumentalidade, a excepcionalidade e a tradição.

2.3 – Patrimônio Cultural

Assim, após fazer esse necessário sobrevôo sobre as principais conceituações de patrimônio e cultura, vemos que quando se juntam, refletem o movimento, a produção e conhecimento que diferentes grupos sociais têm, de si mesmo, e de outras sociedades – em qualquer tempo da historia humana, por isso mesmo desde o seu processo de hominização

[20] *Tombamento* termo lusitano cuja origem diz respeito à Torre do Tombo, no Castelo de Lisboa, onde funciona o Arquivo Central do Estado Português e que possui documentos que remontam ao século IX. No Brasil passou a ter uso freqüente substituindo o de *classificação*; No decorrer deste capitulo, veremos como é definido no âmbito da legislação.

até os tempos atuais – inclusive nas suas formas de expressão simbólica desse conhecimento através das idéias, da construção de objetos e das práticas rituais e artísticas. No entanto, o sentido atual de patrimônio cultural, em sua acepção comum, indica, de forma vaga, algo relacionado com bens e tesouros do passado. Desta forma, veremos ainda como alguns autores propõem a noção dessa junção da cultura materializada enquanto patrimônio.

De acordo com Grunberg (2007) entende-se por patrimônio Cultural

> (...) todas as manifestações e expressões que a sociedade e os homens criam e que, ao longo dos anos, vão acumulando com as gerações anteriores. Cada geração as recebe, usufrui delas e as modifica de acordo com sua própria historia e necessidades. Cada geração dá a sua contribuição, preservando ou esquecendo essa herança.

A autora destaca ainda que o "patrimônio cultural não são somente aqueles bens que herdamos de nossos antepassados. São também os que produzem no presente como expressão de cada geração, nosso 'patrimônio vivo': artesanatos, utilização de plantas como alimento e remédios, formas de trabalhar, plantar, cultivar e colher, pescar, construir moradias, meios de transporte, culinária, folguedos, expressões artísticas e religiosas, jogos, etc." (GRUNBERG, 2007 p. 2)

Para LIMA (2003) "quando se fala em patrimônio é comum associar a palavra à idéia de conjunto de bens de valor monetário pertencente a uma pessoa ou família. Há também quem associe o termo exclusivamente a patrimônio histórico ou arquitetônico. Contudo, a concepção atual é mais abrangente. Considera-se patrimônio cultural tudo o que é criado pela natureza ou pelo ser humano e que é de interesse da sociedade manter devido ao seu significado ou valor, seja histórico, paisagístico, ecológico ou por apresentar conhecimentos e costume de um povo".

E, considerando ainda que "o patrimônio cultural constitui-se de bens culturais produzidos pela humanidade", a autora ressalta quatro tipos de bens culturais, a saber: **os bens naturais**, distribuídos em dois grupos: os elementos que pertencem a natureza, como os animais, os vegetais e os minerais, e os recursos naturais, como rios, vales, montanhas, entre outros; **os bens de ordem material** são criados pelo ser humano com a finalidade de adaptar-se ao meio em que vive e melhorar sua qualidade de vida, como os objetos, as construções etc.; **os bens de ordem intelectual** dizem respeito ao saber ou o

conhecimento utilizado, por exemplo, na produção de bens materiais; e **os bens de ordem emocional**, que representam o sentimento individual ou coletivo, como as diversas manifestações cívicas, religiosas, artesanais, e artísticas.

2.3.1 – Patrimônio Arqueológico

Quanto à definição do patrimônio arqueológico LIMA (2003) coloca que se trata do "conjunto de vestígios materiais deixados pelos povos que habitavam um determinado local durante algum tempo". Neste caso, considerando que "os vestígios materiais (ou cultura material) são os objetos ou fragmentos de objetos produzidos e utilizados pelas sociedades antigas, como utensílios, as armas, as vestimentas, dentre outros" (LIMA, J. S. S. 2003, p. 51-52).

Segundo SCHAAN (2007) "o patrimônio, ou herança, arqueológico faz parte do conjunto de bens culturais produzidos pelos seres humanos e que são, em determinado momento histórico, considerados significativos, e cuja preservação e proteção são reivindicadas, pelo menos por parte da sociedade, como relevantes. Fazem parte do patrimônio arqueológico os vestígios materiais que restaram das atividades humanas, assim como modificações na paisagem realizadas por seres humanos em determinado local ou região. Fazem parte ainda do patrimônio arqueológico vestígios da presença humana e objetos mesmo que tenham sido removidos do local de origem" (SCHAAN. P. D. 2007 p. 111).

Nesse sentido, entende-se que o contexto deposicional original dos vestígios arqueológicos é intrinsecamente associado ao cuidado com a integridade física dos seus respectivos sítios e fator indispensável para a realização das pesquisas arqueológicas mais completas, portanto se faz necessário à execução de políticas publicas voltadas à extinção de praticas predatórias a esse patrimônio (como as pilhagens, tráfico e comercialização de peças, pichações etc.) o que significa uma efetiva proteção legal. Veremos no próximo item o que existe de legislação no Brasil que salvaguarda o patrimônio cultural arqueológico.

2.4 – Patrimônio Cultural: o que existe de legislação?

> A legislação deve fundar-se no conceito de que o Patrimônio Arqueológico constitui herança de toda humanidade e de grupos humanos e não de indivíduos ou nações (Carta de Lausanne, 1990).

Temos visto que o conceito patrimônio cultural passa por uma longa história de definições e delimitações. E, concomitante a essa trajetória, surgiu a necessidade da construção de arcabouço de leis e convenções que possam garantir sua preservação. Nesse sentido, traçarei um esboço – cronológico em consonância, inclusive, com a legislação internacional, pois isso nos possibilita, mesmo que brevemente, perceber também a evolução do pensamento preservacionista no Brasil e no mundo – das principais legislações e, quando possível, ressaltando a sua aplicabilidade, no que concerne a salvaguarda do patrimônio cultural, principalmente o arqueológico.

É interessante ressaltar, desde já, que principalmente a partir do século XX, foram delineadas uma variedade de instrumentos jurídicos, convenções, declarações, resoluções e recomendações, muitos dos quais firmados internacionalmente, relativas à proteção do patrimônio cultural. Esses documentos, conhecidos também por Cartas Patrimoniais, em certa medida, representam tentativas que vão além do estabelecimento de normas e procedimentos, pois criaram e circunscreveram conceitos às vezes globais, outras vezes locais. (CURY, 2004; IPHAN, 2006)

No Brasil, assim como em outros países, no que diz respeito à salvaguarda do Patrimônio Cultural, como os sítios arqueológicos, com certeza, uma das maiores conquista foi a obtenção de uma legislação própria. Entretanto, como veremos isso ocorreu com muitas intermitências.

Quanto aos primeiros pensamentos de preservação, observamos que somente a partir do século XIX, com o processo de formação do sentido de nacionalidade brasileira, é que se passou a identificar e colecionar as antiguidades do nosso território. Ressalta-se, por exemplo, o caso da Amazônia, pois a corrida que se seguiu aos sítios arqueológicos há época das primeiras descobertas fez com que o governo imperial proibisse que se retirasse

"as antiguidades do Pará" [21]. E em 1883, Ferreira Pena[22], diretor do Museu Paraense, tentou promover a criação de leis que protegessem os sítios arqueológicos, temendo por sua integridade, mas não obteve êxito. (SCHAAN, 2007).

No âmbito nacional, já na década de 1920, houve tentativas para a criação de uma norma legal que protegesse o patrimônio arqueológico. Uma das primeiras proposta de lei foi elaborada, por solicitação de Bruno Lobo, pelo então presidente da Sociedade Brasileira de Belas Artes e conservador de antiguidades clássicas do Museu Nacional, professor Alberto Childe. Destaca-se nesse projeto, o entendimento do patrimônio arqueológico, em conjunto com as demais categorias de bens culturais, e o seu reconhecimento como *riqueza* nacional; Alem disso, já previa a desapropriação e, por isso mesmo, o projeto tornava-se inviável, já que, a constituição vigente na época mantinha o direito a propriedade em toda a sua plenitude. (SILVA, Regina C. P. 2007).

Vários projetos de lei se sucederam visando organizar a defesa do patrimônio cultural no país, nos anos de 1923, 1924,1925 e 1930 sempre rejeitados pelo Congresso Nacional. Isso permitiu que os estados da Bahia, em 1927, e de Pernambuco, em 1928, promulgassem legislações próprias. (SÃO PEDRO & PEREZ, p. 53, 1997).

No domínio internacional, em outubro de 1931, através do Escritório Internacional dos museus da Sociedade das Nações, foi divulgada a Carta de Atenas, e com isso passa a surgir preocupações nas autoridades governamentais nacionais sobre a necessidade da inclusão de leis que viessem a proteger os monumentos de interesse históricos, arqueológico, artísticos ou cientifico, vejamos:

> A conferencia aprovou unanimemente a tendência que consagrou nessa matéria um certo **direito da coletividade** em relação a propriedade privada (Carta de Atenas, II Administração e Legislação dos Monumentos Históricos).

Nesta Carta, havia recomendações para que os poderes públicos tivessem responsabilidades quanto à preservação, definindo o papel da Educação:

---

[21] Entretanto o presidente da província, Abel Graça, consentiu que o naturalista Charles Hartt, em 1871, fizesse escavações no Marajó. (SHAAN, 2007)

[22] Naturalista que em Belém do Pará, no ano de 1866, organizou a Associação Philomática, núcleo do Museu Paraense, e posteriormente, passou a chamar-se Museu Paraense Emílio Goeldi. Ver: CUNHA, Osvaldo R. *Talento e atitude. Estudos biográficos do Museu Paraense ,* Belém, 1989.

> A conferência, profundamente convencida de que a maior garantia de conservação dos monumentos e das obras de arte vem do afeto e do respeito do povo e considerando que estes sentimentos podem ser bastante favorecidos mediante uma atuação apropriada dos poderes públicos, expressa o desejo de que os educadores ponham todo seu empenho em habituar a infância e a juventude para que se abstenham de qualquer atuação que possa degradar os monumentos (Carta de Atenas, VII A conservação dos Monumentos e a colaboração Internacional, letra b. CURY, 2004).

No Brasil, logo surgiram as repercussões, sendo que as primeiras medidas do Estado brasileiro vieram com a promulgação da Constituição de 16 de julho de 1934, pois foi suplantado o impasse da desapropriação, isto é, foi declarado o interesse social ou coletivo da propriedade. Com essa abordagem foram limitados os direitos de particulares em benefício dos interesses da coletividade permitindo que normas efetivas fossem elaboradas para proteção do patrimônio cultural brasileiro. Além disso, podemos ler no artigo 148, Capítulo III – Da Educação e Cultura:

> Cabe à União, aos Estados e aos Municípios favorecer e animar o desenvolvimento das ciências, das artes, das letras e da cultura em geral, proteger os objetos de interesse histórico e o patrimônio artístico do País, bem como prestar assistência ao trabalhador intelectual. (BRASIL, Constituição de 1934)

Essa responsabilidade foi revestida de uma abrangência mais significativa, pois passou a ser incluída a necessidade de preservação de uma gama bem maior de bens que pudessem inferir a idéia de patrimônio cultural.

Entretanto é na conjuntura do ano de 1937 [23] que surgirão maiores definições, pois ainda não existia um conceito exato do que seria patrimônio cultural e patrimônio histórico. Isso porque foi aprovada nova Constituição, na qual se tenta relacionar uma ligação intrínseca dos bens culturais e históricos com o próprio conceito de patrimônio nacional, em seu artigo 134:

> Os monumentos históricos, artísticos e naturais, assim como as paisagens ou os locais particularmente dotados pela natureza, gozam da proteção e dos cuidados especiais da União, dos Estados e dos Municípios. Os atentados contra eles cometidos serão equiparados aos cometidos contra o patrimônio nacional. (BRASIL, Constituição de 1937).

[23] Em novembro de 1937 ocorre um golpe político no qual Getulio Vargas estabelece o Estado Novo e aprova uma nova Constituição.

Como podemos ver as Constituições de 1934 e de 1937 trouxeram apontamentos no diz respeito a responsabilidade da União, Estados e Municípios na caminhada para a proteção dos *objetos de interesse histórico e o patrimônio artístico do país*, entretanto elas ainda associavam a proteção apenas aos bens que possuíssem um caráter monumental.

Assim, essa caminhada para a efetiva preservação do patrimônio cultural, terá como cenário principal o projeto nacionalista do governo Vargas. Porém, isso esteve restrito ainda "a determinados grupos da intelectualidade brasileira, não atingindo a maior parte da população". (MACHADO, 2006).

Nesse contexto foi promulgado o Decreto - Lei nº. 25 de 30 de novembro de 1937, mais conhecido como *Lei de Tombamento*, oriundo do anteprojeto elaborado pelo modernista Mario de Andrade, reforça a preocupação com o caráter monumental dos bens a serem preservados. No caput do art. 1º desse Decreto considera que:

> Constitui patrimônio cultural e artístico nacional o conjunto de bens móveis e imóveis existentes no País e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico.

Nesse decreto, institui-se o tombamento, isto é, institui-se sobre o bem cultural um regime especial de proteção; o tombamento, que pode ocorrer de forma espontânea ou compulsória considerando-se a função social bem tombado, o qual seria regularizado através do cadastro de bens culturais, nos seus respectivos Livros de Tombo[24].

Essa legislação trouxe um diferencial à proteção dos bens culturais, no que diz aos efeitos do tombamento, pois temos especificado, no capitulo III o Art. 17º, que 'as cousas tombadas **não poderão**, em nenhum caso, **ser destruídas, demolidas ou mutiladas**'.

[24] No Capítulo II que trata do Do Tombamento, temos:
Art. 4º O serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional possuirá quatro Livros de Tombo, nos quais serão inscritas as obras a que se refere o art. 1º desta lei, a saber:
1) No Livro do Tombo Arqueológico, Etnológico e Paisagístico, as coisas pertencentes às categorias de arte arqueológica, etnográfica, ameríndia e popular, e bem assim as mencionadas no § 2º do citado art. 1º;
2) No Livro de Tombo Histórico e as cousas de interesse histórico e as obras de arte histórica;
3) No Livro do Tombo das Belas Artes, as cousas de arte erudita nacional ou estrangeira;
4) No Livro do Tombo das Artes Aplicadas, as obras que se incluírem na categoria das artes aplicadas nacionais ou estrangeiras.

Embora que, segundo Machado (2006), em seu conjunto, o referido decreto atém-se mais em especificar o processo de tombamento e suas implicações do que criar mecanismos e estratégias de preservação que legitime a diversidade de bens culturais e a representatividade dos mesmos para a comunidade. Além disso, os contextos patrimoniais, objetos de atenção por parte do órgão de preservação criado, também, a partir deste Decreto, estão relacionados com as concepções culturais e políticas do período em questão. O passado da nação e a identidade nacional, analisados de forma linear, orientaram a ação disciplinadora do Estado na identificação e seleção dos bens patrimoniais. (MACHADO, 2006 p. 1).

Na analise desse processo, Fonseca (2005) coloca que, "durante o movimento modernista, é o momento de implementação, na administração federal, de uma política de proteção do patrimônio nacional, compreendido enquanto *patrimônio pedra e cal* – os bens imóveis do período colonial brasileiro. O diretor da então Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – SPHAN – orienta o projeto civilizador e pedagógico dos modernistas durante o Estado Novo e conquista para a instituição e para o discurso construído a legitimação, o prestígio e, principalmente, a autonomia necessária para implantar políticas e práticas de preservação". (Fonseca, C. L. 2005 *apud* Saladino, 2006).

É importante destacar tudo isso porque, no que diz respeito aos sítios arqueológicos, o tombamento não conseguiu efetivamente garantir a preservação de todos os sítios, pois sua ação é volta unicamente para bens excepcionais e/ ou monumentais. Além disso, o art. 17 foi um ponto marcante para a não adoção do intuito do tombamento para a preservação arqueológica, pois nesse caso implica na coisa inalterada dos sítios, ou seja, não poderiam se quer ser escavados. Portanto, poucos foram os tombamentos de sítios, salvo alguns exemplos, a maioria sambaqui.

Desta forma, com a promulgação do código penal de 07 de dezembro de 1940 (Decreto-Lei 2848), a União passou a então submeter à pena de multa e detenção pela autoridade competente, os casos de destruição de coisas tombadas, em virtude de valor arqueológico, conforme preconiza o artigo 165 do referido código, ainda hoje em vigor[25].

[25] No Titulo II que trata dos crimes contra o patrimônio, no Capitulo IV especifica-se o Dano ao Patrimônio, trazendo sua respectiva pena:

Uma outra mudança significativa foi realizada na Constituição de 1946, pois no parágrafo único do artigo 175 foi determinado que "ficam sob a proteção especial do poder publico os documentos, as obras e os locais de valor histórico e artístico, os monumentos e as paisagens naturais notáveis, **bem como as jazidas arqueológicas**", embora ainda se remetesse a necessidade de tombamento. (SÃO PEDRO & PEREZ, 1997 p. 53).

Nesse ínterim, isto é, ao longo da primeira metade do século XX muitos sítios foram integralmente destruídos, por exemplo, através de saques, à procura de antiguidades como no Marajó e o aproveitamento econômico ilegal dos sambaquis para a indústria de calcário e cal principalmente na região Sul.

Esse quadro vai aos poucos ser alterado devido às pesquisas arqueológicas que se seguiram pelo país. Foi elaborado um projeto amplo de sistematização e padronização de procedimentos nas atividades arqueológicas, denominado de Projeto Nacional de Pesquisas Arqueológicas (PRONAPA), agrupando diversas instituições e pesquisadores, sob a égide dos ensinamentos da chamada "escola Ford" (metodologia americana). Sobre essa primeira sistematização das pesquisas arqueológicas brasileira, Prous (2000) coloca que:

> Coordenado pelos Evans, foi montado um ambicioso programa que reunia 11 arqueólogos de oito estados: o PRONAPA (1965/1970), destinado a fornecer uma primeira visão sintética da Pré-História dos estados costeiros brasileiros a partir de uma pesquisa integrada graças à utilização de uma metodologia única e de uma mesma perspectiva teórica. (PROUS, 2000, p.29).

A partir da década de 1950, a vinda de equipes de arqueólogos franceses e americanos (dos quais podemos citar: Joseph Emperaire, Annette Laming, Clifford Evans e Betty Meggers) iniciou-se uma nova fase da arqueologia brasileira, pois se centrava não apenas o objeto arqueológico em si, mas no registro de um grande número de sítios. Tudo isso fez emergir com mais força a necessidade de uma lei federal que viesse efetivamente a proteger o patrimônio histórico, de forma mais concreta, inclusive com medidas punitivas, o que viria acontecer em 1961, como veremos mais adiante.

[...]
Dano em coisa de valor artístico, arqueológico ou histórico.
Art. 165. Destruir, inutilizar ou deteriorar coisa tombada por autoridade competente em virtude de valor artístico, arqueológico ou histórico:
Pena – detenção, de 6 (seis) meses a 2 (dois) anos e multa.

Essa reflexão estava em consonância com o pensamento mundial, já que, em 5 de Dezembro de 1956, foi publicada em Nova Delhi, na Índia, a recomendação advinda da Conferência Geral da UNESCO[26], sobre os princípios internacionais a serem aplicados em matéria de pesquisas arqueológicas, que estipulava em seus artigos quarto e quinto, obrigações e responsabilidades dos Estados-membros ante o patrimônio arqueológico:

> 4. Cada Membro-Estado deveria garantir a **proteção de seu patrimônio arqueológico**, levando em conta, especialmente, os problemas advindos das pesquisas arqueológicas e em concordância com as disposições da presente recomendação.
>
> 5. Cada Estado-Membro deveria, especialmente:
>
> a) submeter as explorações e as pesquisas arqueológicas ao controle e à **prévia autorização** da autoridade competente;
>
> b) obrigar quem quer que tenha descoberto vestígios arqueológicos a declará-los, o mais rapidamente possível, as autoridades competentes;
>
> **c) aplicar sanções aos infratores dessas regras;**
>
> d) determinar o confisco dos objetos não declarados;
>
> e) precisar o **regime jurídico do subsolo arqueológico** e, quando esse subsolo for **propriedade do Estado**, indicá-lo expressamente na legislação;
>
> f) dedicar-se ao **estabelecimento de critérios de proteção legal** dos elementos essenciais de seu patrimônio arqueológico entre os monumentos históricos.

E no Brasil, finalmente, após difícil tramitação, e forte empenho da Comissão de Pré-história, liderada por Paulo Duarte na década de 1950, o então presidente da republica Jânio Quadros acabaria por sancionar a Lei Federal 3924 em 26 de julho 1961, a qual dispõe sobre os sítios arqueológicos, consistindo em uma adaptação da legislação francesa sobre o assunto, mas com algumas modificações oriundas de sugestões parlamentares, e de uma aproximação do Código de Mineração. A proteção e a conservação dos sítios arqueológicos, só vão ser mais bem definidas com a promulgação dessa lei, a qual trouxe uma definição do que seria considerado monumento arqueológico ou pré-histórico, conforme preconiza o seu artigo 2º e suas letras a, b, c e d:

[26] Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, fundada em 16/11/1945 com sede em Paris – França e website: www.unesco.org

> Art. 2º - Consideram-se monumentos arqueológicos ou pré-históricos:
>
> a) as jazidas de qualquer natureza, origem ou finalidade, que representem **testemunhos da cultura dos paleoameríndios do Brasil**, tais como sambaquis, montes artificiais ou tesos, poços sepulcrais, jazigos, aterrados, estearias e quaisquer outras não especificadas aqui, mas de significado idêntico, a juízo da autoridade competente;
>
> b) os sítios nos quais se encontram **vestígios positivos de ocupação pelos paleoameríndios**, tais como grutas, lapas e abrigos sob rocha;
>
> c) **os sítios** identificados como cemitérios, sepulturas ou locais de pouso prolongado ou **de aldeamento, estações e cerâmicos, nos quais se encontram vestígios humanos de interesse arqueológico ou paleoetnográfico**;
>
> d) as **inscrições rupestres** ou locais com sulcos de polimentos de utensílios e **outros vestígios de atividade de paleoameríndios**.

Sobre a lei, Santos Jr. (2005), coloca que apesar de deixar brechas ao não explicitar em termos conceituais o que seria "sítio" (confundindo-se com jazidas) e o que seriam os "paleoameríndios", a Lei 3.924 tentava conter, **de forma intimidatória**, os atos de vandalismos e depredação que estavam sofrendo os sítios arqueológicos de forma desenfreada em todas as regiões do território brasileiro, ao destacar:

> Art. 3º. _ **São proibidos em todo o território nacional** o aproveitamento econômico, a destruição ou mutilação, para qualquer fim, das jazidas arqueológicas ou pré-históricas conhecidas como sambaquis, casqueiros, concheiros, birbigueiras e sernambis, e bem assim dos sítios, inscrições....
>
> Art. 5º Qualquer ato que importe na destruição ou mutilação dos monumentos a que se refere o art. 2º desta lei, será considerado crime contra o Patrimônio Nacional e, como tal, punível de acordo com o disposto nas leis penais.

Assim a arqueologia brasileira entra, na década de 1960, em uma fase dinâmica inclusive com várias pesquisas. No entanto, "a lei e a implementação de pesquisas arqueológicas estavam voltadas para os sítios do tipo sambaqui. Por isto, a lei deixava lacunas quanto ao conceito de monumento arqueológico e pré-histórico, ficando ainda, sem referencia os monumentos construídos a partir da colonização. Os capítulos II e III, depois de muita polêmica foram regulamentados pela portaria nº7 de 01 de dezembro de 1988 do IPHAN que disciplina os pedidos de permissão e autorização e a comunicação previa quando do desenvolvimento de pesquisas de campo e escavação arqueológica no país, afim de resguardar os objetos de valor científico e cultural resgatas nessas pesquisas.(SÃO

PEDRO & PEREZ, 1997 p. 61) As quais quando autorizadas, recebem portaria de autorização as quais publicadas no Diário Oficial da União.

Por algum tempo essas medidas punitivas ficaram somente na teoria, tanto pela falta de fiscalização quanto pela própria ausência de institutos de pesquisas arqueológicas. Outro fator importante foi a total ausência de informação da população brasileira do que seria "*um sambaqui*" ou mesmo um sítio arqueológico qualquer. A falta de clareza do que seria patrimônio histórico ou do que seria monumento histórico, também dificultava a execução dessa primeira Carta Patrimonial (que está em vigor até os dias de hoje) em seu sentido mais prático. (SANTOS Jr.2005, p. 4).

No Brasil, outros progressos conceituais do que seria o patrimônio cultural e sua respectiva preservação vieram também com a promulgação da Constituição Federal em 05 de Outubro de 1988, pois no seu Titulo III que rege a Organização do Estado, no Capitulo II, o Art. 20, item X, especifica as cavidades naturais subterrâneas e os sítios arqueológicos e pré-históricos como bens culturais[27] da União. Em seguida, o Art.23, ressalta que a proteção desses bens é competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

Em consonância com o debate internacional, destacamos a contribuição que nos traz a Carta para a Proteção e a Gestão do Patrimônio Arqueológico, elaborada em Lausanne, em 1990, pelo ICOMOS (*International Council on Monuments and Sites*) e pelo ICAHM (*International Council for Archaeological Heritage Management*), da qual o Brasil é signatário, pois logo de inicio ressalta "ser amplamente aceito que o conhecimento das origens e do desenvolvimento das sociedades humanas é de fundamental importância para a humanidade inteira, permitindo identificar suas raízes culturais e sociais":

---

[27] A constituição Federal de 1988, no seu Art. 216 (Titulo VIII da ordem social, no Capitulo III que trata da Educação, da Cultura e do Desporto) coloca que:
Art. 216. Constituem **patrimônio cultural brasileiro** os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:
I – as formas de expressão;
II _ os modos de criar, fazer e viver;
III _ as criações científicas, artísticas e tecnológicas;
IV _ as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações Artístico-culturais;
V _ os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, **arqueológico,** Paleontológico, ecológico e científico.

> Art. 1º - O **"patrimônio arqueológico**" compreende a porção do patrimônio material para a qual os métodos da arqueologia fornecem os conhecimentos primários. Engloba todos os vestígios da existência humana e interessa todos os lugares onde há indícios de atividades humanas, não importando quais sejam elas; Estruturas e vestígios abandonados de todo tipo, na superfície, no subsolo ou sob as águas, assim como o material a eles associados.

Na Carta de Lausanne (1990) o patrimônio arqueológico é concebido como testemunho essencial sobre as atividades humanas do passado. Além disso, quanto a políticas de conservação integrada, esse patrimônio é tido como "um recurso cultural frágil e não renovável" (art.2º) sendo a sua proteção uma "obrigação moral de todo o ser humano" e "responsabilidade pública coletiva" (art. 3). Por isso a necessidade de que os planos de ocupação do solo decorrente de projetos de desenvolvimentistas sejam regulamentados, a fim de se minimizar os impactos sobre o patrimônio arqueológico.

Nesse sentido, vale ressaltar que no Brasil a avaliação ambiental já tinha sido introduzida com a Lei 6938 de 31 de agosto de 1981 a qual dispõem sobre a Política Nacional do Meio Ambiente. Essa Lei criou o Conselho Nacional de Meio Ambiente (CONAMA) [28] que através da resolução nº. 001 de 23 de fevereiro de 1981 estabeleceu as definições, as responsabilidades, os critérios básicos e as diretrizes gerais para o uso e implementação da Avaliação de Impacto Ambiental (AIA). Nessa Avaliação, é prevista a elaboração do Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e seu respectivo Relatório de Impacto Ambiental (RIMA); no EIA, conforme o art. 6 da resolução nº001/86 deve-se desenvolver uma serie de atividade técnicas, considerando o uso e ocupação do solo e destacando os sítios e monumentos arqueológicos.

Enfim, podemos observar que no Brasil, e no âmbito internacional também, existe um aparato legal que salvaguarda o patrimônio cultural, incluindo aí, os sítios arqueológicos, mas que infelizmente não impede que eles sejam destruídos. Nesse sentido, considero que somado a esse conjunto de leis, o debate em torno da educação patrimonial pode contribuir para minimizar tais impactos. Procurarei no próximo capítulo discutir em torno dessa questão, focando a Serra das Andorinhas no Pará.

[28] O CONAMA é o órgão consultivo e deliberativo do Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA).

III CAPITULO

Patrimônio arqueológico e educação patrimonial no Sudeste do Pará: Impasses e perspectiva

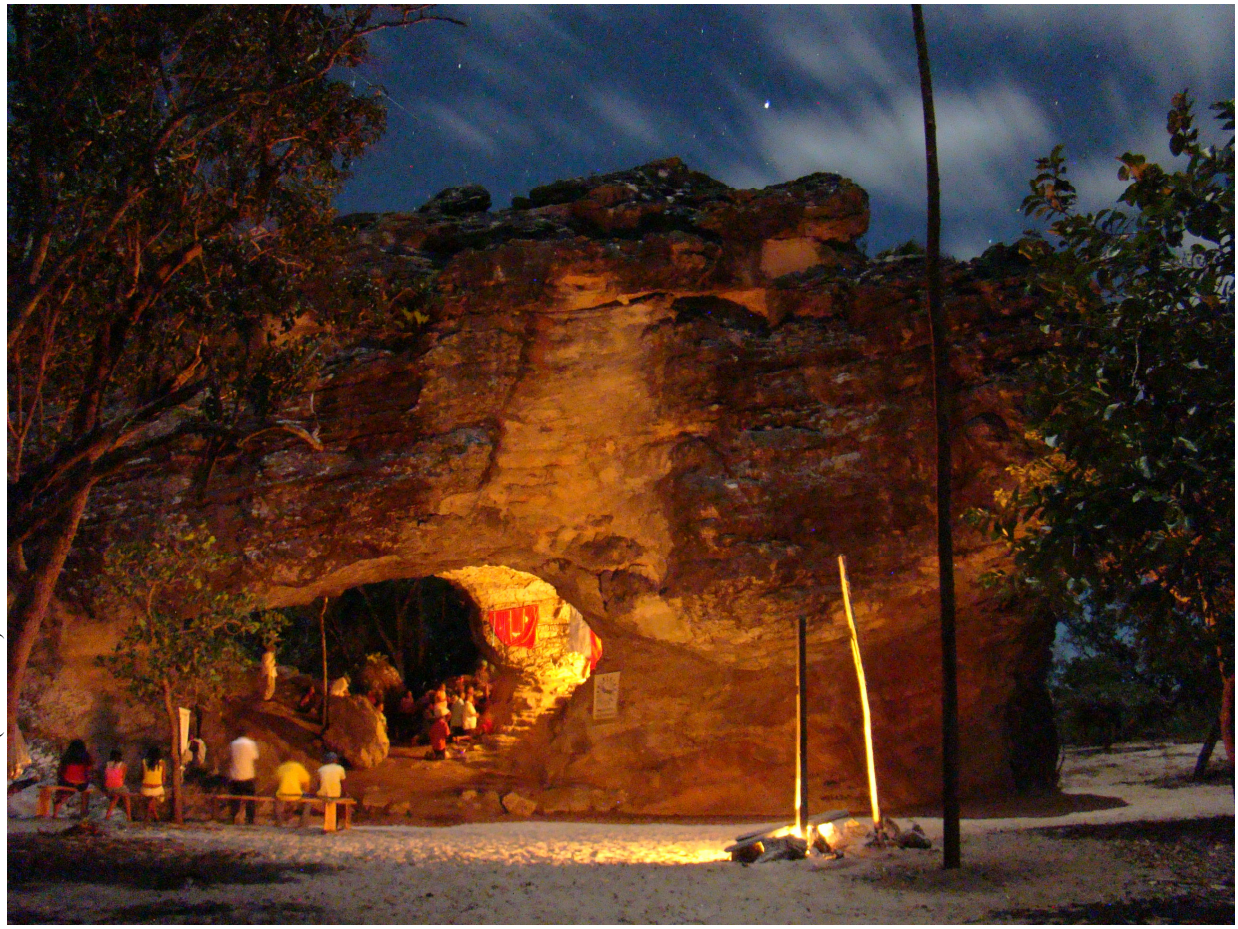


Foto: Nelson Jean (Maio/2008)

Foto 4. Celebração do Festejo do Divino na 'Igreja de Pedra' (Sítio PA-AT-160: Santuário)

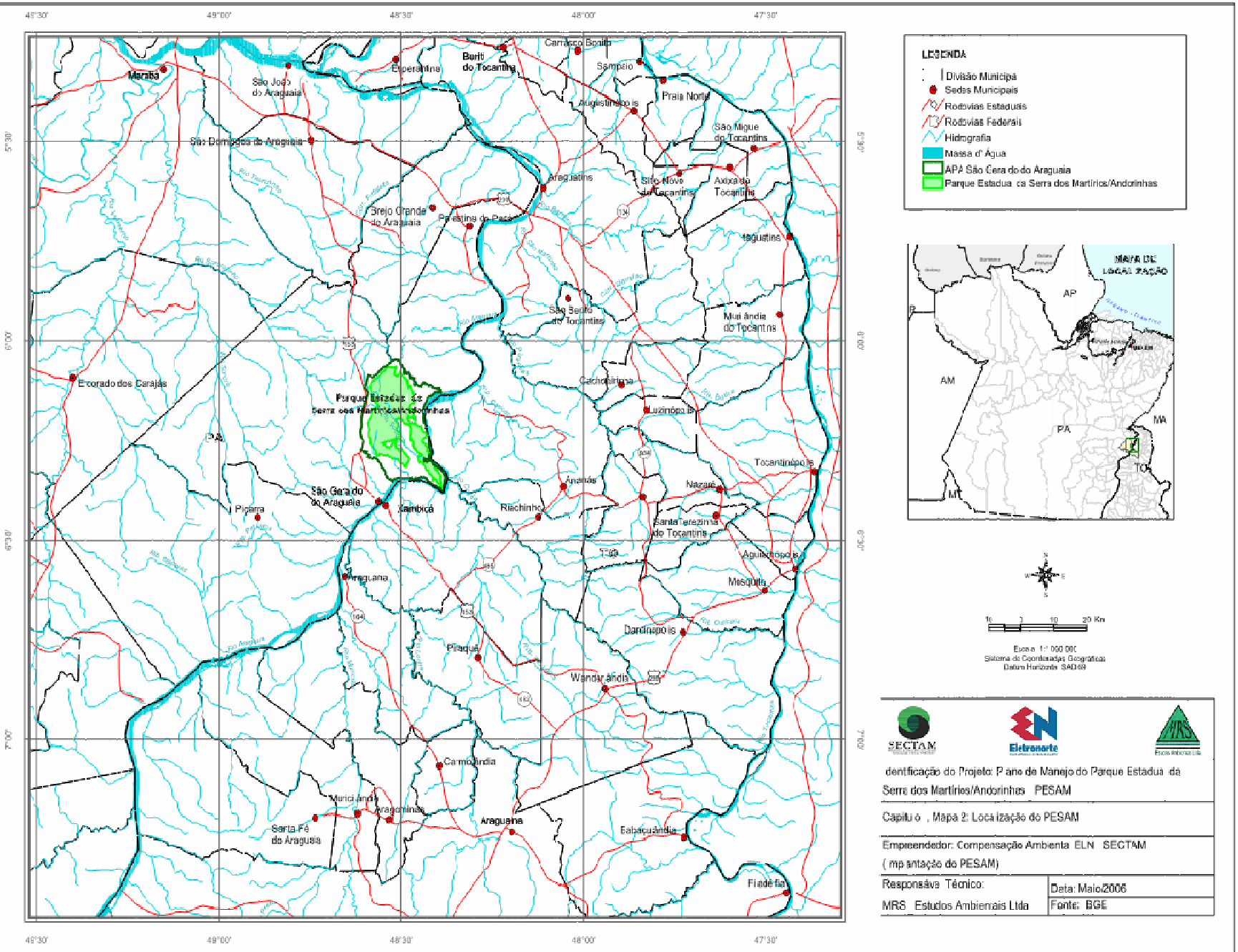
Neste capitulo, após uma breve contextualização de alguns dos sítios arqueológicos da Serra das Andorinhas, buscarei apresentar os principais impactos que os afetam, e posteriormente, focando a localidade denominada de 'Casa de Pedra. Em seguida, faremos uma reflexão sobre a educação patrimonial, e qual a sua contribuição na salvaguardada do patrimônio da Serra das Andorinhas, e buscarei também identificar algumas percepções desses sítios pelos sujeitos sociais.

3.1 – Serra das Andorinhas: um caminho de história

A região da Serra das Andorinhas, com uma área de aproximadamente 60 mil hectares, está localizada no município de São Geraldo do Araguaia no Sudeste do Estado do Pará, na margem esquerda do rio Araguaia. Em termos gerais limita-se na parte Norte a Oeste, pelo rio Gameleira até a Terra Indígena dos Suruí Aikewara[29], ao Sul e a Leste pela rodovia PA-153; em sua parte central passa o rio Sucupira que drena um grande vale, até desembocar no rio Araguaia. Suas coordenadas geográficas aproximadas é 06°04' de latitude sul a 06°23' de latitude sul e 48°23' W.Gr. a 48°35'W.Gr.

Em aspectos geomorfológicos essa região é caracterizada pela formação Morro do Campo, com rochas quartizísticas de dezenas de metros de espessura expostas ao longo de extensos paredões que delimitam a Serra. Esta formação encontra-se nos domínios geoestruturais da Faixa de Desdobramentos Araguaia, e em toda a área é possível observar a ocorrência de veio quartzo leitoso, e às vezes, de bolsões de cristais de rocha. Possui grandes elevações de serras, com quotas máximas em torno de 600m, apresentando-se sob a forma de cristais e topos aplainados com direção geral de NNW. No topo da área de platôs são encontradas estruturas ruiniformes tidas como formas residuais da dissecação do relevo, assim como um complexo rochoso que propicia a formação de muitas cavidades geológicas (Kern et al, 1992; MAURITY, 1999, Atzingen, 2003).

[29] Sobre essa etnia ver 'O tempo Antigo entre os Suruí/Aikewára: um estudo sobre mito e identidade étnica" de MASTOP-LIMA, L. N. Dissertação de mestrado em antropologia, Belém: UFPA, 2002.


48°30'
49°00'
48°30'
48°00'
47°30'
5°30'
6°00'
6°30'
7°00'
Marabá
São João do Araguaia
Esperantina
Buriti do Tocantins
Carrasco Bonito
Sampaio
Augustinópolis
Praia Norte
São Miguel do Tocantins
São Domingos do Araguaia
Araguatins
Sítio Nova do Tocantins
Axixá do Tocantins
Brejo Grande do Araguaia
Palestina do Para
Itaguatins
São Sebio do Tocantins
Muricilândia do Tocantins
Eldorado dos Carajás
Parque Estadual da Serra dos Martírios/Andorinhas
PA
Cachoeirinha
Luzinópolis
Tocantinópolis
São Geraldo do Araguaia
Piçarra
Xambioá
Riachinho
Ananás
Nazaré
Santa Terezinha do Tocantins
TO
Aguiarnópolis
Araguana
Mesquita
Darcinópolis
Piraquê
Wanderlândia
Carmolândia
Muricilândia
Aragominas
Santa Fé do Araguaia
Araguaina
Babaçulândia
Filadélfia
LEGENDA
Divisão Municipal
Sedes Municipais
Rodovias Estaduais
Rodovias Federais
Hidrografia
Massa d' Água
APA São Geraldo do Araguaia
Parque Estadual da Serra dos Martírios/Andorinhas
MAPA DE LOCALIZAÇÃO
AP
AM
PA
MA
TO
MT
0 5 10 20 Km
Escala 1:1.000.000
Sistema de Coordenadas Geográficas
Datum Horizontal SAD69
SECTAM
Eletronorte
MRS
Identificação do Projeto: Plano de Manejo do Parque Estadual da Serra dos Martírios/Andorinhas PESAM
Capítulo , Mapa 2: Localização do PESAM
Empreendedor: Compensação Ambiental ELN SECTAM
(Implantação do PESAM)
Responsável Técnico:
MRS Estudos Ambientais Ltda
Data: Maio/2006
Fonte: BGE

3.1.2 – A Ilha dos Martírios

Na bacia hidrográfica do Araguaia-Tocantins, um dos locais que apresentam um grande número de referência bibliográfica é a Ilha dos Martírios. Historicamente, a origem do nome da Ilha está relacionada ao fato que muitos desses exploradores, impregnados com a visão teocêntrica da época, relatavam que os desenhos rupestres eram semelhantes aos instrumentos utilizados no martírio de Cristo, tais como: a coroa de espinhos, martelos, cruzes, etc.

A mais antiga informação sobre a ilha dos Martírios foi registrada em 1746, pelo capitão-mor Antônio Pires de Campos Bueno em roteiro dado a Luiz Rodrigues Villares sobre as terras dos índios Araes. Em 1799, Bartholomeu Bueno de Campos Leme e Gusmão envia uma carta a Tristão da Cunha, governador de Goías, informando sobre um roteiro dos Martírios. Francis Castelnau passa pela região dos Martírios em 1844, e mesmo não tendo encontrado as gravuras mencionadas por Cunha de Matos, faz alusão a estas. (PEREIRA, 2003)

A Ilha dos Martírios foi também relatada por outros viajantes naturalistas que navegaram pelo Araguaia, como é o caso de Castelau em 1844, ou mesmo de Henri Coudreau, nos de 1896 e 1897. Vale destacar que a descoberta desses registros rupestres está relacionada ao fato que a abundância de mica existente nas rochas da região, levou muitos exploradores a pensar que se tratava de ouro, impulsionando expedições bandeirantes para essa região a procura desse mineral. (PEREIRA, 2003; NUNES, 2003).

Em 1888, o antropólogo alemão Paul Ehrenreich visitou a Ilha dos Martírios. Foi o responsável pela publicação da primeira reprodução dos grafismos encontrados na ilha e por sua localização exata. As informações sobre a localização do sítio, a descrição das gravuras e os diversos comentários feitos por ele foram todos publicados. Jean Vellard (1931) também publicou informações sobre as gravuras da Ilha dos Martírios. Durante o segundo semestre de 1932, Hermano Ribeiro da Silva percorreu o rio Araguaia e mencionou com destaque as gravuras da Ilha dos Martírios, pois considerou que elas "têm dado argumento às extravagantes fantasias". Estes comentários de Silva, Hermano R., são baseados nos relatos de Frei Luiz Palha. O historiador Manuel Rodrigues Ferreira visitou a

Ilha dos Martírios em 1971, publicando, posteriormente, vários trabalhos que mencionam as gravuras da ilha. (PEREIRA, 2003)

E no ano 1987, durante a primeira etapa de campo do projeto "Martírios do Araguaia", técnicos da FCCM visitaram a Ilha dos Martírios. O sítio recebeu a sigla TO-XA-01: Ilha dos Martírios, e posteriormente passou a ser pesquisado, tendo as suas gravuras fotografadas, decalcadas, descritas e analisadas (Kern et al 1992, Pereira, 2002,2003; Atzingen, 2003). Das quais, abaixo, vemos dois exemplos:

Foto: Irislane Moraes/Nov. 2007

Foto 5. Gravura rupestre zoomorfa. 'jacaré de duas barrigas'

Foto: Irislane Moraes/Nov. 2007

Foto 6. Gravura rupestre conhecida como 'manto da santa'

No período entre 02 a 04 de novembro de 2007, conforme citado na introdução também pude conhecer esses sitos arqueológicos, e outros como o PA-AT-155: Sucupira II que apresenta pinturas rupestres no interior de pequeno abrigo e o sitio PA-AT-77: Santa Cruz, sobre o qual está a centenária Vila de Santa Cruz. Na oportunidade, nós, discentes de Ciências Sociais [30], fomos acompanhados por José Ribamar Carvalho de Oliveira que com seus mais de 20 de anos de pesquisas na região nos foi um 'guia' exemplar e professor, tão logo nos afeiçoamos a "Ribinha", e por Manoel Paixão, estimado 'Paixão', barqueiro,

[30] Além da Professora Joseline Trindade que ministrou a disciplina de Arqueologia, participaram da pesquisa os discentes: Eric de Belém de Oliveira, Keciene Nunes da Silva, Fábio Reis, Elane Pereira Brito, Maria Reginéia dos Reis Brito, Riane Souza Araújo e amigos Clarivaldo (Kadal) e Gabriela Stefani.

crescido nas belíssimas águas do Araguaia[31] o qual nos possibilitou viagem segura, dada a sua grande experiência na navegação daquela águas, embora muito insurgentes fossem as correntezas, tais como: a "corredeira de São Miguel", "da Cruz" e "Carreira Cumprida".

Foto: Irislane Moraes/Nov.2008

Foto 7. Embarcação em corredeiras do rio

Foto: Irislane Moraes/Nov.2008.

Foto 8. Gravuras preenchidas com areia

3.1.3 – O sítio da Pedra Escrita

A primeira referência sobre a Pedra Escrita foi dada, possivelmente, pelo naturalista francês Henri Coudreau que percorreu a região entre os anos de 1896 e 1897. Esse mesmo conjunto de gravuras rupestres foi observado na década de 1950 por H. D. Barruel de Lagenest. O historiador Manuel Rodrigues Ferreira (1974), que, em 1971, visitou a ilha dos Martírios, faz uma rápida menção às gravuras rupestres na margem esquerda do Araguaia, e que estão localizadas próximo a essa ilha. (PEREIRA, 2003)

Para além dos relatos e estudos dos cronistas, bandeirantes, jesuítas e viajantes naturalistas, que datam desde o século XVIII, outras pesquisas nessa região foram novamente, feitas em de fevereiro de 1987 pelo biólogo Noé Von Atzingen, coordenador da Fundação Casa da Cultura de Marabá (FCCM). Ressalta-se que esses estudos foram demandados, inicialmente, pela construção da Usina Hidrelétrica (UHE) de Santa Isabel, pois no ano de 1986 o Museu Paraense Emilio Goeldi (MPEG) convidou a FCCM para compor a equipe que faria o levantamento arqueológico na área impactada pela construção

[31] Na linguagem indígena, este rio é chamado de Parauapavas, "rio largo de águas rasas". i.v. fornecida por 'Ribinha' em novembro de 2007.

da referida UHE. Porém, com a paralisação da obra da Hidrelétrica, a pesquisa teve continuidade apenas por parte da FCCM, agora através do Projeto Martírios do Araguaia (PMA). (NUNES & LEITE, 2004 p.33).

Em 1987, técnicos da Fundação Casa da Cultura de Marabá visitaram o local que havia sido mencionado anteriormente por Coudreau, Lagenest e Ferreira. Ao sítio foi atribuída à sigla PA-AT-100: Pedra Escrita. As características gerais desse sítio aparecem publicadas no artigo "O potencial espeleoarqueológico da região de São Geraldo do Araguaia - PA" (Kern et. al, 1992). O trabalho de análise e classificação das gravuras rupestres da Pedra Escrita foi realizado no âmbito do projeto de 'Registro Rupestres e Contexto Arqueológico na Região do Baixo/Médio Araguaia', por Edithe Pereira, arqueóloga do MPEG, com base nos decalques feitos pelos técnicos da FCCM. (PEREIRA, 2002)

Foto: Edite Pereira/MPEG

Foto 9. Gravuras rupestres no painel rochoso do sitio PA-AT-100: Pedra Escrita

Ao longo dos anos, os estudos realizados pela FCCM através do Projeto Martírios do Araguaia (PMA), permitiram evidenciar um riquíssimo patrimônio natural, histórico e cultural da nossa região, pois foram identificados oito ecossistemas distintos (cerrado/ cerradão, floresta mista, floresta densa, floresta semidecídua, floresta galeria, parque, campo litológico e floresta de várzea); 113 sítios arqueológicos; 5.740 gravuras e pinturas rupestres; 30 cavernas, a maior delas com mais de 1.000m de desenvolvimento; 36 grutas; 570 espécies de animais vertebrados, dos quais 25 estão na lista dos ameaçados de extinção, dezenas de estruturas ruiniformes; 200 espécies de árvores de grande porte; 140 cachoeiras, algumas com mais de 70m de queda livre; 80 espécies de orquídeas; 51 espécies de plantas medicinais. (PARÁ/SEMA, 2006)

Vale ressaltar, que além desse importante patrimônio, a Serra foi também palco da chamada Guerrilha do Araguaia, sendo por sua vez depositados vestígios históricos desse marcante acontecimento da historia de resistência do povo brasileiro contra a ditadura militar que se instalou no Brasil no ano de 1964. Aqui na região foi implantada uma estrutura de repressão muito grande. Por volta de 1966, militantes guerrilheiros e guerrilheiras vieram para a região de Santa Cruz dos Martírios, Faveiro, Caiano e Gameleira para então iniciarem os seus "planos revolucionários", prestando inclusive vários tipos serviços de saúde, educação à comunidade local. Entretanto, em 1974, a guerrilha foi desumanamente destruída pela repressão militar. (NUNES, 2003)

3.1.4 – O Parque Estadual da Serra das Andorinhas (PESAM)

Após os estudos realizados e a constatação da imensa riqueza natural e cultural da Serra das Andorinhas, a FCCM[32] solicitou junto a Secretaria do Estado de Cultura do Pará, o tombamento da Serra, o que aconteceu em 22 de setembro de 1989. Neste mesmo ano, as articulações também foram feitas com o Instituto do Desenvolvimento Econômico-Social do Para (IDESP), o qual foram apresentados os levantamentos para motivar este propósito, iniciando oficialmente as discussões para criar o Parque Estadual da Serra dos Martírios/Andorinhas (PESAM).

Em 1995, esta decisão passou também a ser feita em conjunto com a Secretaria de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente do Pará (SECTAM). Após dez anos de inicio deste trabalho, ou seja, no dia 25 de julho de 1996 foi criado através da Lei nº 5.982, o tão esperado Parque Estadual Serra dos Martírios/Andorinhas e a Área de Proteção Ambiental (APA) de São Geraldo do Araguaia, criada pela Lei nº 5.983, coroando de êxito os esforços e realizando sonhos do movimento ambientalista da região. Nesse sentido, Nunes (2003) ressalta:

> É importante entender que a FCCM é a grande responsável pelo ideal de preservação que desencadeou na implantação das Unidades de Conservação na Serra das Andorinhas, pois, para viabilizar as pesquisas e a preservação da área, incentivou a criação de novas entidades e buscou

[32] Devido ao fato da FCCM ser ligada à Prefeitura de Marabá, um grupo de ambientalistas local criou uma "Associação de Amigos da Serra". Posteriormente, em 1989, essa associação se transformou na Fundação Serra das Andorinhas, que possibilitou um melhor gerenciamento das doações destinadas exclusivamente aos trabalhos de preservação da Serra das Andorinhas. (NUNES, L, 2003, p.54)

> parcerias como pessoas e outras instituições, dentre as quais destaco a Universidade de São Paulo, a Universidade de Brasília, o Museu Paraense Emílio Goeldi, Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente – SECTAM, Pro Regennwald, etc. (NUNES, 2003, p.55)

3. 1.5 – Fatores de impactos em sítios arqueológicos

Como temos visto, em todo o território brasileiro distribui-se um rico patrimônio arqueológico, porém este fato, infelizmente, ainda é pouco conhecido por grande parte da população, e por isso mesmo, de certa forma, acaba por se ignorar o valor que ele possui para a nossa memória e historia, bem como, a situação que ele se encontra. Esse desconhecimento é facilmente percebido, quando constatamos no âmbito nacional, os altos índices de destruição dos sítios arqueológicos, o que reflete drasticamente a falta de informação do brasileiro sobre seu passado cultural.

Apesar dos avanços da legislação brasileira para a salvaguarda dos sítios arqueológicos, ela não tem sido suficientemente eficaz a ponto de impedir a depredação ou mesmo a destruição de importantes sítios no Brasil. Estudos recentes, como os feitos por Morley (2000), através do IPHAN do Estado de Santa Catarina, mostram que os impactos sobre o patrimônio arqueológico podem ser percebidos em todo o território nacional e que historicamente, existem três causas principais para a sua destruição:

> 1 – **Obras de grande porte**: abertura de estradas, construção de hidrelétricas e crescimento das cidades;
> 2 – **Aproveitamento econômico** de áreas de interesse arqueológico: utilização de áreas para lavouras;
> 2 – **Vandalismo**: crenças em tesouros fantásticos servem como justificativa para atos destrutivos. (MORLEY, E. p. 371-374, 2000).

A Amazônia, no que diz respeito as grandes obras, desde a década de 1970, e por incentivo do próprio governo federal, passou a receber projetos, tais como: os agropecuários, de exploração mineralógica, bem como a construção de rodovias e hidrelétricas, etc. Devido à dimensão e falta de planejamento, esses projetos tiveram grandes impactos socioculturais na região, e no caso também sobre sítios arqueológicos. (MORAES & PRADO, 2004)

Para exemplo, do impacto dos grandes projetos sobre os sítios arqueológicos, podemos destacar a região da Serra dos Carajás que tem seus minérios explorados pela Companhia Vale do Rio Doce. Nessa região, através das pesquisas arqueológicas de Lopes e Silva (1989) foram encontrados vários sítios pré-cerâmicos em grutas e abrigos sob rocha; sendo a pesquisa mais extensiva, a efetuada na gruta do Gavião, pois seus vestígios arqueológicos tais como: lascas, núcleos e raspadores (predominantemente em quartzo), sementes, dentes e ossos de diversos animais e restos de fogueiras possibilitaram a denominação e classificação do chamado Complexo Pré-cerâmico Carajás, o qual tem a datação máxima de 8.300 A.P.[33], que por sua vez, é uma das mais antigas da Amazônia, e apesar de tal relevância, o sitio não existe mais: a cavidade foi explodida pela CVRD.(KERN et al, 1992),

Ressalta-se, que em uma analise comparativa, entre o material lítico encontrado nas cavernas do Complexo pré-cerâmico de Carajás e abrigos das Serra das Andorinhas, dada a marcante similaridade tanto a nível de matéria prima que é o quartzo, como em características de manufatura bipolar, poder-se-ia inferir para o horizonte pré-cerâmico das Serra das Andorinhas uma datação contemporânea ao de Carajás. (Kern et al, 1992).

Ainda no contexto das intervenções através dos grandes projetos, observa-se o caso das hidrelétricas. Desde a década de 1980, existia um projeto de construção de uma grande usina no rio Araguaia, que banha a região das Serra das Andorinhas, mas este projeto foi desmembrado, dando origem ao projeto de três usinas independentes, das quais uma é a Usina Hidrelétrica (UHE) de Santa Isabel, seria apenas a primeira das três usinas. Em entrevista, Noé Atzingen, demonstra-se cético em relação desistência da construção da obra, e afirma que a região da Serra das Andorinhas "vive em constante ameaça", pois a construção da hidrelétrica de Santa Isabel, nos moldes em que foi a leilão, ainda em 2001, pelo governo federal, implicaria na realocação compulsória de 2014 pessoas, e no alagamento de terras indígenas e reservas ambientais[34] (EVANGELISTA, 2003).

[33] A sigla A.P. significa Antes do Presente sendo que o ano de 1950 é a referencia para o presente. Essa é uma nomenclatura muito utilizada para as datações que foram realizadas com a técnica de Carbono 14, alguns autores preferem utilizar a sigla correspondente em inglês, isto é, *Before Present.*

[34] A respeito de impactos, sobre sítios arqueológicos, através da construção de hidrelétricas, notamos que dos sítios registrados pelo NAM o lago da Usina de Tucuruí, 1984, inundou 10, dos quais 1 era do tipo Oficina e os demais eram do tipo Habitação. (Atzingen, 1999)

No que diz respeito ao patrimônio arqueológico, caso a UHE de Santa Isabel seja construída, o seu reservatório irá inundar a Ilha dos Martírios, com suas 5.740 gravuras rupestres, o sitio PA-AT-100: Pedra Escrita que possui 109 painéis com 586 figuras astronômicas, antropomorfas e outras, não identificadas, além de abrigos e sítios cerâmicos tipo habitação, como é o caso do PA-AT-77: Santa Cruz, na vila de mesmo nome, caracterizado por um solo em Terra Preta Arqueológica (TPA), em uma extensão de grande parte da Vila e chegando a atingir 1,50m de profundidade do refugo arqueológico, onde é encontrado uma rica cultura material, representada por lítico polido e lascado e uma alta densidade de fragmentos cerâmicos de decoração bem diversificada e estilismo iconográfico rebuscado.

Outro exemplo de intervenções danosas ao patrimônio arqueológico da Serra das Andorinhas, foi em 1998, quando na colocação dos marcos da hidrovia Araguaia-Tocantins pela empresa AHITAR, justamente sobre o sitio de arte rupestre TO-XA-01: Ilha dos Martírios no rio Araguaia. Somente após a denuncia efetuada pela FCCM/NAM junto ao IPHAN é que a empresa foi obrigada a fazer a remoção dos marcos. (MORAES & PRADO, 2003; SCHAAN, 2007).

Foto: Noé Von Atzingen/FCCM

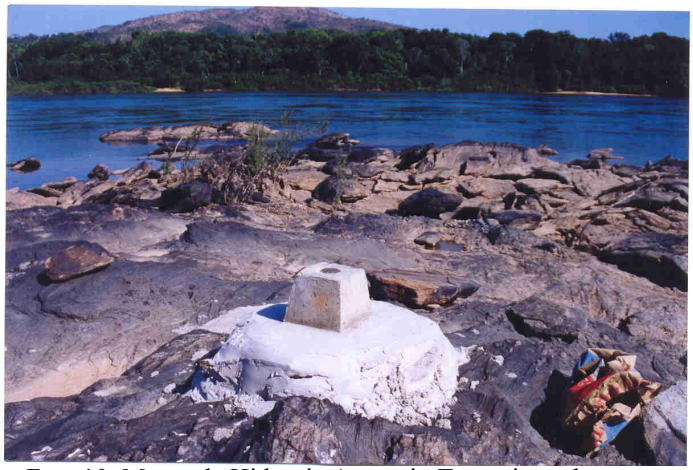


Foto 10. Marco da Hidrovia Araguaia-Tocantins sobre o sitio TO-XA-01: Ilha dos Martírios

E em relação aos sítios arqueológicos da Casa de Pedra, falaremos mais adiante, focando na analise as intervenções de ordem antrópicas, isto é, aquelas provocadas pela ação do homem.

3.2 – Educação patrimonial, uma alternativa?

"[...] Porque é muito fácil você dizer assim: alguém tá errado, fácil demais! O difícil é você ir lá e fazer certo!"[35]

Para inicio de reflexão, tendo a educação como um processo contínuo de ensino-aprendizagem o qual permite ao individuo sua socialização em determinado contexto social e cultural, podemos perceber o caráter indissociável da educação e da cultura, havendo também, uma certa inseparabilidade entre educação e patrimônio. Em outras palavras, a expressão em questão pressupõe a constituição de um campo ou ação educadora socialmente adjetivada por sujeitos sociais e seus respectivos contextos histórico-culturais.

Desta forma, percebe-se que a noção de patrimônio é dinamicamente construída, e imbuída de caráter fortemente ideológico e político. Nesse sentido, Lima (2007) ressalta que assumindo o passado como uma construção do presente e para o presente, posta a seu serviço e feita à luz de valores contemporâneos, de modo a atender a interesse atuais, a sua preservação, não obstante decidida com os olhos voltados para o futuro, é derivada do presente, historicamente situada e atende às agendas políticas contemporâneas.

No que diz respeito as ações de preservação do patrimônio cultural, como o arqueológico, em termos gerais, o principal argumento utilizado gira em torno de um "direito à memória", ou seja, se reconhece às gerações presentes e futuras o direito de conhecer os remanescentes do passado da Humanidade.

Essa idéia, de que há um passado e respectivo registro material das realizações humanas para ser partilhado, nos soa democrática, porém, há de se perceber que todas essas realizações tiveram um determinado contexto histórico e cultural, e, por isso mesmo quando a intenção for a sua preservação enquanto patrimônio coletivo, o ideal é que tudo isso deva ser discutido abertamente com as sociedades e comunidades locais na qual se localizam tais patrimônios (LIMA, T. 2007).

Sobre os sítios arqueológicos, de fato as pesquisas têm apontado, entre outros, que as sociedades nativas do Brasil que aqui estavam antes do processo de colonização

[35] Reflexão de Adaiton da Silva Brito, 37 anos, morador da Vila de Santa Cruz a respeito dos impactos que atingem os sítios arqueológicos da Serra e medidas a serem tomadas para que isso seja evitado.

portuguesa, desenvolveram complexas instituições sociopolíticas e eram detentoras de um sofisticado conhecimento do ambiente tropical. Entretanto, as marcas desse importante legado cultural, como pinturas rupestres, sofrem com a pratica de grandes impactos e mesmo destruição do patrimônio arqueológico.(SCHAAN, 2007; PEREIRA, 2002)

Neste cenário, assim como evidencia a Carta de Lausanne "o patrimônio arqueológico é recurso cultural frágil e não renovável". Suscita-me uma questão: o que fazer na intenção, de minimizar ou mesmo extinguir esses impactos, seria a educação patrimonial uma alternativa?

Para Cazetta (2005, p.34), uma das questões é a existência de "um abismo que separa o conteúdo teórico de tal proteção de sua realidade fática, sendo certo afirmar que, hoje como ontem, não são observadas as regras de amparo aos sítios arqueológicos." O autor continua afirmando que, "diversos motivos contribuem para esta realidade, mas dois principais merecem relevo: a falta de programas educativos que auxiliem na formação de uma consciência conservacionista, como exteriorização da noção cidadania, disseminando o conceito e a importância de tais sítios arqueológicos e a crescente desestruturação dos órgãos de proteção oficial do patrimônio histórico. E que, "... esta situação de fato impõe a todos, titulares do conceito amplo de cidadania, um amplo despertar de consciência, demandando uma mudança de postura na luta por maior efetividade na proteção ao patrimônio histórico-cultural e no aperfeiçoamento e implantação do licenciamento ambiental, sob pena de assistirmos, impávidos, a destruição dos valores protegidos pela Carta Política da Republica" (CAZETTA, 2005, p.37-38).

Entretanto, sabemos que, de acordo com Silva (2007), "quando se fala na Lei nº 3.924/61, logo se apresentam criticas a sua atualidade e aplicação. Algumas procedem, outras são frutos do distanciamento entre as áreas acadêmicas e de preservação. De qualquer modo, cumpre lembrar que a preservação patrimonial não se faz somente com aplicação de leis. As regras ligadas à preservação arqueológica se inserem num quadro muito mais amplo de políticas públicas que devem ser fundamentadas nas reivindicações da coletividade, da sociedade. É ela quem deve acionar o aparelho estatal para que este venha a proteger os elementos que julga serem de seu interesse (...) Assim, a referida autora, pontua que "as ações embasadas em determinações legais devem ser vistas como

um último recurso de processo que se inicia com a educação Patrimonial ”(SILVA, 2007, p.71).

Desta forma, continua a autora, se a noção de patrimônio arqueológico passa a ser construída fora de perspectivas excludentes ou argumentos meramente retóricos, ou seja, de fato como um bem comum, ela pode estimular, por exemplo, a coesão social, através do fortalecimento de identidades, sejam elas étnicas, locais, nacionais ou mesmo supranacionais. Conferindo a deslocados, o sentido de lugar e de pertencimento; inspirando estima e cidadania; restaurando auto-estima, respeito e dignidade, onde eles foram perdidos, ela se transforma sem dúvida, em um instrumento de emancipação. (LIMA, T.A. p.6, 2007)

Em um país como o Brasil, isto é, de tamanho continental e com órgãos públicos que sofrem com a falta de estrutura e de pessoal, o trabalho da fiscalização e da própria aplicação da lei no combate infração contra o patrimônio arqueológico tem sido muito tímido ou mesmo inexeqüível. Portanto, entende-se que é necessário o estabelecimento de política publica para a preservação arqueológica, que sejam integradas às outras políticas públicas sociais, econômicas e ambientais.

Além disso, nessa política de preservação, onde democraticamente o Estado e o cidadão assumem suas respectivas responsabilidades em relação ao bem comum, ou seja, ao patrimônio cultural, deve haver a definição dos objetivos e caminhos priorizados de acordo com o interesse público, e compartilhados pelo poder publico e pelos segmentos sociais interessados e envolvidos.

Portanto, o viés predominante deve ser educativo (formal e não-formal) e de gestão compartilhada desse patrimônio, já que, as complicações já esboçadas apontam que a preservação do patrimônio cultural depende substancialmente de um profundo trabalho de conscientização para a agregação de valor sócio-cultural, bem como, de proposição de medidas mais práticas. Nesse contexto, um dos grandes desafios é a democratização do conhecimento arqueológico, seja na sua produção seja na sua socialização. (SCHAAN, 2007; LIMA, T. 2007)

3.5 – Relatos e retratos de uma viagem: podemos falar de educação patrimonial na Serra das Andorinhas?

Durante a realização dessa pesquisa foi possível pontuar alguns elementos que à luz da discussão da educação patrimonial nos ajuda a refletir sobre como isso vem ocorrendo na Serra das andorinhas.

A primeira ida a São Geraldo para esta pesquisa foi quando participei [36] da oficina de reciclagem para Agentes Ambientais Voluntários (AAVs) do PESAM, realizada no período de 11 a 13 de abril de 2008. A oficina tinha como objetivo propiciar um conhecimento básico aos AAVs, de alguns instrumentos de gestão ambiental de Unidade de Conservação(UC), participaram da oficina as pessoas que colaboram, alguns desde os tempos de atuação da Fundação Serra das Andorinhas, na questão ambiental e de sensibilização da população regional sobre esse tema e que hoje são professores, lideranças junto a população local, etc.

Para iniciar o trabalho foi feita uma dinâmica de apresentação, onde nos identificávamos, falando também porque íamos fazer a oficina. Em seguida, elaboramos uma programação de atuação da SEMA em conjunto com os AAVs, durante a realização do Festejo do Divino, isto é, construímos um Plano de Ação para as atividades, pautando basicamente, os temas das ações, os responsáveis por cada atividade, etc. As demais tarefas foram subsidiadas por dinâmicas de leituras de textos, em pequenos grupos e posterior socialização aos demais agentes, por meio de cartazes e orientações dos membros dos grupos. Houve exposições orais e *slide-show* da Márcia e Anízio, ambos da SEMA/Belém, sendo que as temáticas das discussões eram basicamente, sobre o que é uma unidade de conservação, quais os seus tipos e objetivos, respectivas leis de amparo, bem como da importância do plano de manejo, do Zoneamento Econômico Ecológico (ZEEs) e discussão do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), entre outros.

Essa oficina, além de me proporcionar maior aprofundamento da questão ambiental, também foi importante porque pude apresentar meu projeto de trabalho à atual diretora do PESAM, Giselle Parise, que tão logo me informou dos procedimentos

[36] Através da intermediação de Genival Crescêncio, funcionário da FCCM, junto ao José Spanner, funcionário da SEMA, pude integrar a equipe que organizou as oficinas.

burocráticos para permissão de pesquisas em áreas protegidas, e me disponibilizou o Plano de Manejo do Parque. Além disso, fui convidada para compor a equipe que iria fazer as sensibilizações no período do Festejo do Divino, estabelecendo com isso, uma maior aproximação com as pessoas ligadas ao Parque: pessoas como o Francisco (o 'Fran', tão comunicativo), a Maria (agentes de saúde); o Neto, (representante da prefeitura na zorra rural de SAGA), o Nilson e Elzir (professores); e reencontrar outras pessoas como Leide (professora e moradora de Santa Cruz) e o Ribinha (professor e escrivão do fórum da cidade de São Geraldo, além de ser um exímio conhecedor da Serra das Andorinhas).

3.2.2 – Reunião de preparação: diferentes concepções sobre patrimônio cultural

Após essa formação, mantivemos o contato, basicamente por e-mails[37], sobre as providências de nossas atividades, até que voltamos a nos reunir no dia 28 de abril, na sede do Parque em São Geraldo. Essa reunião foi muito importante no sentido de entender um pouco o que diferentes atores sociais pensam sobre a Serra das Andorinhas: a questão ambiental se confunde com a arqueológica e cultural. Passo a descrevê-la.

Nessa ocasião, estiveram presentes os AAVs, os representantes da SEMA, Giselle Parise e José Spanner ou 'Zezinho' como é mais conhecido, Nelson Jean sociólogo da Empresa de assistência técnica (EMATER), e Marlon Prado da FCCM, e eu da UFPA para a presente pesquisa. Após uma rápida informação dos preparativos das palestras feita por Nilson, chegou-se a questão da arqueologia, e Marlon Prado, enquanto representante da FCCM, trouxe uma proposta de sensibilização através de uma breve palestra acompanhada da distribuição de folder explicativo/ilustrativo sobre arqueologia e, além disso, informou que iria juntamente com Noé Von Atzingen, realizar alguns dias antes do festejo, o isolamento com 'fita zebrada' dos abrigos rochosos que também fossem sítios arqueológicos, a fim de evitar as suas ocupações e respectivas intervenções.

Essa proposta foi questionada por muitos, tendo em vista que os abrigos "são territórios delimitados" entre os grupos do Divino. Há muitos anos os romeiros, utilizam os abrigos como 'casas', atrelando-se a isso um forte sentimento de pertencimento e significado do lugar; foi argumentado também que "as pichações não são de autoria dos

[37] Na realidade foi criado um grupo através do qual os integrantes dos AAVs se comunicam, trocam informações, principalmente da questão ambiental. (agentes.ambientais.voluntários@grupos.com.br)

romeiros, uma vez que elas aparecerem em outros períodos do ano" e muitos dos romeiros inclusive, vivenciaram a Guerrilha do Araguaia, e se dizem estar "cansados de promessas, e de mudanças que geralmente só os prejudicam".

Uma outra importante questão que surgiu foi a ausência de um mínimo de conhecimento em relação ao patrimônio arqueológico, posição esta assumida pela maior parte sujeitos sociais ali presente, desta forma se questionou como os AAVs e demais envolvidos, fariam as atividades de sensibilização a respeito dos sítios arqueológicos, já que eles mesmos não se sentiam suficiente munidos de conhecimento e/ou sensibilizados da real importância dos sítios arqueológicos, principalmente na suas vidas cotidianas. Neste momento, eu e Marlon nos propomos pontuar rapidamente algumas noções de arqueologia, legislação, etc[38]. Como veremos, mais adiante, essa intervenção me possibilitou um maior estreitamento com equipe.

As horas se passaram em debate, já chegávamos à meia noite, até que vieram as seguintes propostas: Ribinha, após comentar que já estávamos começando mal, pois estávamos discutindo algo de interesse dos romeiros, no entanto não os tínhamos convidado para a reunião, mesmo sabendo que qualquer um deles, como é de conhecimento amplo, de prontidão estaria a participar. Além disso, Ribinha pontuou que realmente houve algumas sensibilizações, entretanto nunca foram sistemáticas; desta forma, ele propôs que teríamos de ser mais humildes e assumir parte deste erro ante os romeiros (inclusive porque também nos hospedávamos nos abrigos) e a partir disso, discutir e contar com eles para proteger os sítios arqueológicos, sem, no entanto, impedir que continuem a realizar o festejo. Nesse sentido ressalta-se, a fala de Nelson, que propôs a realização de um *diagnóstico participativo* entre os romeiros afim de que debatêssemos coletivamente uma alternativa para essa situação.

Agora, ao relatar e analisar essa reunião e alguns diálogos com esses sujeitos sociais, constatamos diferentes concepções em relação ao patrimônio cultural da Serra, e consequentemente, distintas apropriações do espaço da Casa de Pedra, que em dado momento se polarizou. Isso porque para a FCCM, naquele momento, a medida mais imediata de diminuição dos impactos sobre os sítios, seria a não ocupação dos abrigos que

[38] Tanto foi a demanda de duvidas que ficamos de retornar dias depois pra uma palestra de noções sobre arqueologia, mas como não pude viajar, a palestra foi realizada somente por Marlon em 06 e 07 de maio de 2008.

fossem sítios arqueológicos. Em contrapartida, como vimos isso foi veementemente questionado, pois para outros sujeitos sociais, a celebração do Festejo do Divino é uma manifestação religiosa coletivamente (re)conhecida, e por isso mesmo em sua essência um patrimônio. Temos um impasse!

A meu ver, na realidade surge ai uma questão, ou melhor, a necessidade da percepção por ambas as perspectivas que esses dois bens culturais não devem ser antagonizados, desta forma devemos evitar qualquer polarização na intenção de suas salvaguardas. Nesse sentido, a contribuição que a educação patrimonial pode nos proporcionar, tendo em vista que, através de distintas metodologias, possibilita aos cidadãos a valorização do patrimônio arqueológico, não de uma de forma nostálgica e de ligação com um tempo perdido, ou mesmo a sua promoção entusiasmada como uma atrativo turístico, ou mesmo como um bem de consumo celebrado pelo mercado, mas como uma possibilidade de formação critica, fortalecendo inclusive uma consciência política e percepção de que o homem é criador e recriador de sua historia.

Nessa analise, percebe-se que a Casa de Pedra é um espaço celebrado de distintas formas, um espaço que tem seu valor mensurado através da grande importância de representação da identidade cultural e religiosa da região. Isso nos permite pensar que em relação à preservação do patrimônio cultural ali existente um dos grandes desafios está no planejamento de ações que possibilitem, por parte da população local, a agregação de mais um valor ao espaço: o arqueológico.

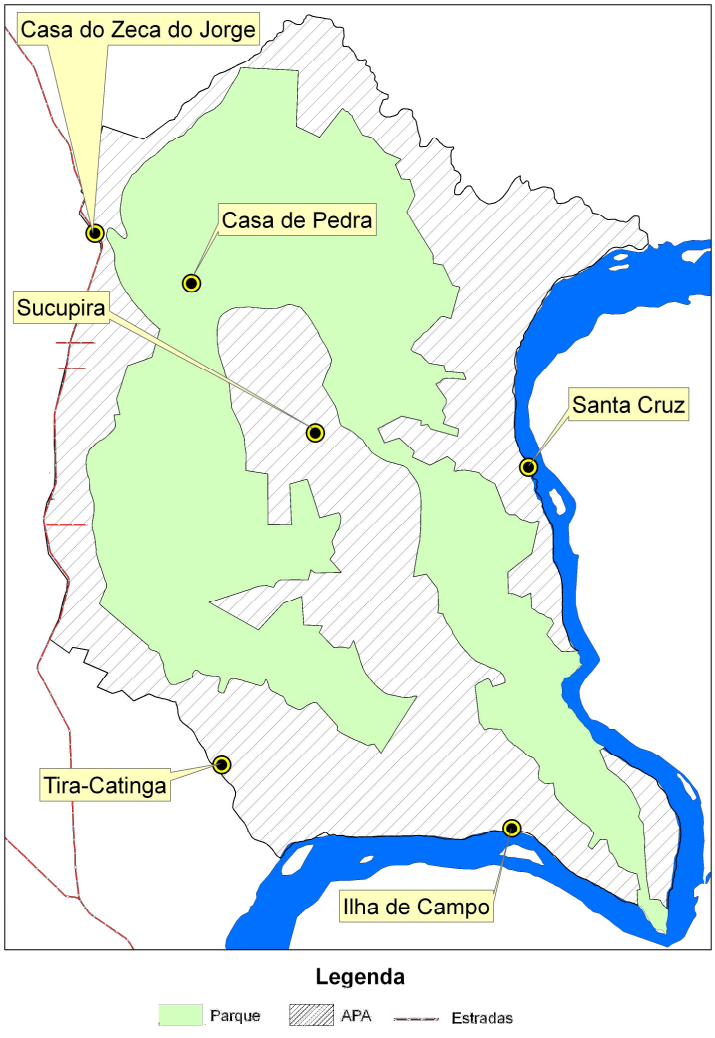
3.2.3 – Entre risos, cantos e águas: na trilha da Casa de Pedra

Após essas reuniões me preparei para a pesquisa na Casa de pedras, fato que iria coincidir com a festa do Divino. No dia 14 de maio de 2008, conforme combinado, saímos de São Geraldo as 06:30 da manhã; após cerca de 40 minutos, de carro, chegamos ao pé da serra, onde fica a casa do Sr. Zeca do Jorge [39], localizada as margens da rodovia PA-153, daí partimos por volta das 07:30 horas. No caminho, logo alcançamos um grupo de

[39] Um dos mais antigos participantes e organizador do Festejo do Divino, sendo que, atualmente, sua casa funciona como um estratégico entreposto para maioria dos romeiros, pois sempre limpa a trilha até a Casa de Pedra e presta serviços, como o aluguel de animais para transporte de carga e alimentos, entre outros, chegando a realizar até duas ou três viagens (ida/volta) por dia. Além disso, mantém na Casa de pedra, um pequeno comercio de refrigerantes, salgadinhos, entretanto realiza também a venda de bebidas alcoólicas, o que é proibido e UCs, fato este que foi muito delicado para Giselle 'negociar' e esclarecer o motivo da proibição.

romeiros que subiam a Serra, com suas malas na cabeça, ah tamanho equilíbrio! Entre eles, uma menina de cerca de 7 anos, quando passávamos, nos brindou com um meigo sorriso seguido de um bom dia que 'tocou fogo'[40] em mim, e senti-me mais feliz e motivada para romper os 4km da tão íngreme subida que tínhamos a frente.Um outro rápido e descontraído diálogo, foi quando a Elzir disse a eles, que caso chegassem antes de nós, para avisar que estávamos a caminho, daí logo uma senhora saltou em sorrisos e disse que nós (mais jovens) chegaríamos mais rápido pois eles "... iam 'carquianhando' o chão pra não cair!"

LOCALIZAÇÃO DAS COMUNIDADES E CASA DE PEDRA NO PESAM E APA SÃO GERALDO DO ARAGUAIA



Fonte: SEMA/PESAM

[40] Ouvir essa expressão nos diálogos dos romeiros no sentido de incentivo, estimulo, a se realizar algo.

O percurso, apesar de ‘puxado’, é muito agradável: há sempre uma brisa, ora soprando em cerrado, ora em floresta; passamos muitos cursos d’agua e igarapé. Ao meio da caminhada, as subidas se intensificam e nos tomam o fôlego com profunda respiração, sorte que, a sombra das árvores, sons das águas correntes, volta meia de cantos de pássaros, do ar puro e boa reposição de glicose, nos aguçava a imaginação do por que os pré-históricos faziam tantos desenhos rupestres ou no tempo mais recente, como seria o dia-dia e treinamentos dos guerrilheiros do Araguaia?!

Ao chegarmos ao topo da Serra das Andorinhas, a 600 metros de altitude, avistamos a localidade da Casa de Pedra, um complexo de cavidades naturais encaixadas por grandes blocos rochosos esculpidos pelo intempérismo natural, em grande monumentos, às vezes lembrando altos prédios. Nesse momento, quase sucumbidos pelo cansaço da subida, somos ‘recompensados’ pela belíssima e colossal paisagem:

Foto: Irislane Moraes/Maio 2008

Foto 11. Vista da Serra a partir do teto do Abrigo Santuário

Foto: Irislane Moraes/Maio 2008

Foto 12. Vista parcial da Casa de Pedra

Entretanto, ‘nem tudo são flores’ e há serias intervenções ocorrendo no espaço da Casa de Pedra e em relação à situação dos sítios arqueológicos há vários complicadores.

Na Casa de Pedra, assim como na Serra, existe e aumenta consideravelmente, a pratica de um ‘turismo’ informal e desordenado, ou seja, de visitas não planejadas as quais têm se tornado muito predatórias aos sítios e seu entrono, pois estão sendo feitas várias pichações nas paredes dos abrigos rochosos, inclusive sobre os blocos/painéis com pintura rupestre.

Em termos gerais, é possível observar acúmulo de lixo, seja no interior dos abrigos ou nos arredores; e, considerando a noção de estratigrafia, também são feitas pequenas construções (como casas, mesas e bancadas para o suporte de objetos, etc.) ocorrendo razoável revolvimento do solo, o que certamente provoca pelo menos um 'mascaramento' das suas camadas naturais e/ou antrópicas, abrigos. Há intrusão de elementos estranhos nessas camadas, tais como o carvão de fogueiras recentes.

Por exemplo, podemos observar no sitio PA-AT-159: Neblina, muitas pichações feitas por pessoas que utilizaram carvão para assinar nas paredes do abrigo e sobre painéis de pinturas rupestres. Anotam inscrições de nome [*Emivaldo, Adair, Josy*] e de datas, algumas bem recentes [ano de *2008*], bem como as estruturas montadas no local:

Foto: Noé Von Atzingen/2003

Foto: Irislane Moraes/Maio de 2008

Foto 13 e 14. Pichações no abrigo Neblina

Em relação a esse abrigo, um fato que chamou a atenção foi um depoimento de uma romeira ali abrigada com sua família, não concordando com as pichações, afirmou que as 'limpavam' da parede com auxilio de um pano úmido. Assim, além dos muitos anos e respectivos intemperismo naturais (ação mecânica da água e vento sobre a rocha, de *cupins, etc*) os vestígios de pintura têm que resistir também, às intervenções antrópicas.

Muito próximo dali, ou seja, no sitio PA-AT-160: Santuário, podemos também observar outras intervenções antrópicas. Esse abrigo é o mesmo utilizado pelos romeiros para as celebrações do Festejo Divino, assim relacionados a esse ritual foi feito um piso e degraus de cimento, e uma inscrição feita com uma tinta verde alertando de que "*Não apreciamos músicas na Igreja"*.

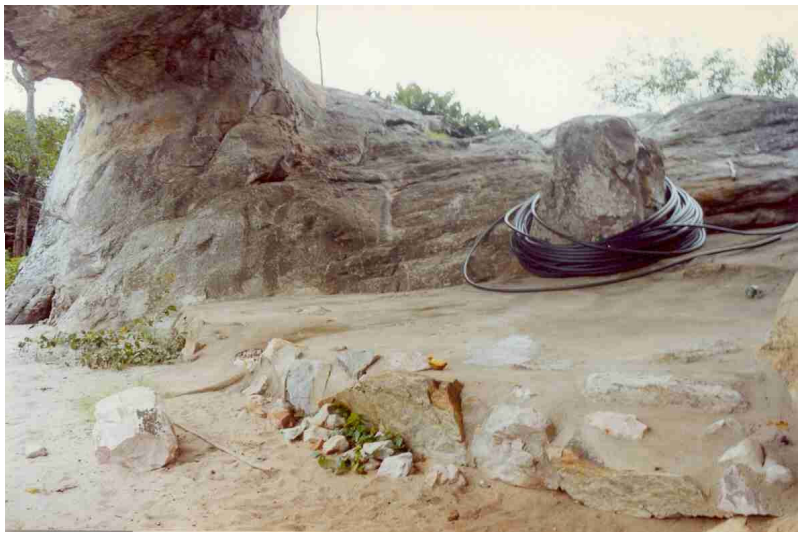


Foto: Noé Von Atzingen/2003

Foto 15. Vista do Abrigo Santuário, com piso acimentado

Há outras pichações, certamente feitas por pessoas mais jovens, que demonstram o interesse de se 'auto-grafarem' nas paredes e até mesmo no tetos do Santuário, nesse caso usam giz, carvão e tintas. Conforme podemos ver na compilação abaixo:

Fotos: Irislane Moraes/Maio 2008

Foto 16. Compilação de pichações encontrados no abrigo Santuário

Ressaltamos que, no intervalo das celebrações do Divino, foram realizadas as atividades de sensibilização com as pessoas presentes na Casa de Pedra. Essas atividades abordaram vários temas, tais como: noções de higiene, preservação arqueológica, o

PESAM, meio ambiente, etc.; alem disso foram feitas atividade com as crianças, tais como gincanas, desenho e pinturas. Em termos gerais, essas ações são bem aceitas pela maioria das pessoas, cabendo o desafio pedagógico de, envolver de forma sistemática, as crianças, jovens e adultos, tendo que superar a pouca estrutura e material didático com aspectos regional. Para visualizar esta questão, a seguir, analisamos a fala de uma romeira do Festejo do Divino.

D. Luiza Amorim[41], 60 anos, migrou de 'Mumbuca' no antigo estado de Goiás, para São Geraldo, é uma das mais antigas (e organizadora) do Divino, ocupando o posto de salveira da Divindade do seu esposo, o Sr. Raimundo Caroço. Quando a questionei sobre a existência do Parque na Serra, diz ainda não ter noção do que seja realmente o parque:

> "Bom, é o seguinte: o Parque eu num vou, eu num falar, por causa que eu num tenho, num tenho a noção, né?!Num tenho a noção do Parque, como que é ele. Que nóis.. eu num sei como é esse negocio de Parque, né?..."

Na seqüência, a narrativa de D. Luisa, nos possibilita perceber que a implementação do PESAM realmente não foi ainda completamente efetivada, apontando questões como a ausência de um processo efetivamente amplo e de participação da população regional. Além disso, percebemos também o receio comum, nas falas de outras pessoas, de que estas UCs vão apenas lhes retirar o território, no caso, especificamente o da Casa de Pedra:

> "... Nunca ninguém me deu uma explicação, eu nunca fui numa reunião, de Parque assim pra falar de Parque, só vocês aqui [os AAVs/SEMA] , que já vieram falar cum nóis, mas lá no São Geraldo, ninguém nunca falou do Parque, pra nóis. Nunca foi uma reunião pra nóis, falar, eu só vejo falar: ' Na Serra tem um Parque!', 'Na Serra vão fazer um Parque!'. Eu digo: **gente o que é um Parque? Aí ninguém me explica! Só: 'na Serra tem um Parque!' 'vão fazer um Parque' Aí eu, eu venho pra cá, 'naum o Parque vai tomar isso aqui tudin aqui' Digo: gente tenha compaixão, ninguém vai tomar isso aqui, não!"**

[41] Através de dialogo estabelecido no dia 15 de maio de 2008, na Casa de Pedra, no mesmo período Festejo do Divino.

Entretanto D. Luisa, ante todo um histórico de atividades de educação ambiental já realizadas na Serra, em grande parte pela FSA e a FCCM, nos mostra suas impressões:

> "O Parque, eu tenho assim na minha (im)pressão, que o Parque é o seguinte: é, é preservar a mata, aí preservar a mata, pra num cortar, num derrubar, num devorar, num ter devoração, né isso aí ? Aí pra mim, a minha intenção é essa!"

3.2.4 – Divino da Casa de Pedra: celebração no espaço, celebração do espaço

Há alguns milhares de anos essas região realmente teve pelo menos o papel social de moradia, isso porque 11 desses abrigos também são sítios arqueológicos. Em um período mais recente, isto é, há pouco mais de 20 anos, a Casa de Pedra tornou-se um espaço de importante manifestação religiosa da região: o festejo do Divino Espírito Santo. Esta festa realizada, em um abrigo sob rocha, que tem uma concavidade e algumas reentrâncias feitas de *altar* onde são assentados imagens de alguns santos católicos (dos quis identifiquei sendo 2 N. Sra Aparecida, 1 de S. Francisco e 1 da Trindade), as salvas com as pombinhas brancas do Espírito Santo, as Bandeiras de cada um dos grupos de Divino, além de muitas velas e alguns enfeites, como fitas e flores.

As Festas do Divino Espírito Santo, também chamadas de Impérios, remontam ao século XIV, sendo a rainha Santa Isabel, de Portugal, usualmente apresentada como a impulsionadora do culto. A partir do território continental português, as Festas do Divino espalharam-se pelos territórios povoados ou colonizados pelos portugueses, entre os quais a Madeira, Açores e o Brasil. A sua realização compreende um conjunto de festejos em honra ao Espírito Santo que são realizados, no período de Pentecostes, ou seja, após 50 dias após a páscoa, nos quais destacam-se, comemorações de coroação, procissões, cantos tradicionais e rezas.(ENCARTA, 2002)

No caso do Festejo do Divino da Casa de Pedra, vários grupos de Divino se reúnem vindos de localidades da Serra das Andorinhas, alguns caminham dezenas de quilômetros pra chegar até a Casa de Pedra, outros vêm de São Geraldo do Araguaia, Orilândia do Norte, e até do estado do Tocantins. Logo nas primeiras semanas do mês de maio, os romeiros começam a subir a Serra, através de pequenas trilhas, um dos pontos de partida

mais estratégico dessas trilhas é a casa de um dos romeiros, o Sr. Zeca do Jorge, pois a mesma fica as margens da rodovia PA-153.

A grande distancia entre o lugar de origem e o santuário, bem como a realidade geográfica de Serra, os participantes desta festa, aqui chamados de *romeiros*, na interpretação de alguns deles, é superada com muito esforço, servindo como uma demonstração de muita *fé* e cumprimentos de promessas.

Alguns dos romeiros mais conhecidos do festejo Divino são: *Antonhin Preto, Seu Beca, D. Maria Pequena, D. Raimunda, Pedro da Tunasa, Zeca do Jorge,D. Luiza e Seu Raimundo* Caroço que embora não relato suas experiências em especifico, demonstraram grande devoção e fé para com o Festejo, as quais são sempre fortalecidas 'pelas muitas graças alcançadas'.

O Sr. *Raimundo Caroço*, 54 anos, que juntamente com D.Luisa geralmente, são os primeiros romeiros a subir a serra e se instalarem nos abrigos, denominados pelos romeiros de 'loquinhas' nos quais, assim como a grande maioria deles, montam os seus acampamentos, as suas 'rancharias'. Ali ficando no decorrer dos dias esperando a chegada de outras Divindades.

Segundo sr. Zeca do Jorge, que anda na região desde 1964, as primeiras rezas que foram feitas ali datam do ano de 1966 quando promesseiros pra ali seguiram em romarias. Após isso, o local passou a ser conhecido, intensificando as romarias, promessas e votos pra serem cumpridos na *Igreja de Pedra.* E, de acordo com o Sr. Raimundo Caroço, essa pratica se fortaleceu como festejo nos anos de 1989 quando D. Zefona e outros romeiros faziam o 'giro'[42], junto a seus parentes e moradores das proximidades, acabou por perceber um *mistério* na Casa de Pedra e viram imagens na pedra (as paredes dos Santuário) as quais foram relacionadas à visão da pomba do Divino, motivo este que serviu para escolha definitiva do local e do abrigo como a 'Igreja da Trindade'. No ano seguinte foi levantado o mastro, e em 1997 lamentavelmente D. Zefona veio a falecer, passando então a Divindade para o Sr. Raimundo o qual prossegue na sua 'devoção até hoje'.

[42] Refere-se a peregrinações dos foliões em várias casas, feitas logo após a páscoa, para arrecadar donativos para a festa e atualizar promessas dos devotos. De fato, quando chegava em São Geraldo pra a reunião do dia 28 de abril, presenciei um pequeno grupo de romeiros fazendo o giro pelas ruas cidade.

Durante o período que ali ficam, são realizadas celebrações (rezas e 'canturias') durante todo o dia. Pela manha[43] por volta da 5 horas ou de noite lá pelas 19 horas, ouvi-se sempre o som das caixas (e alguns foguetes), como que despertando e convocando os romeiros para o Santuário. Para iniciar a celebração, são cantados 3 cânticos com acompanhamento das caixa e sanfona, ao passo que é tremulada bandeira(branca) que representa a Trindade acompanhando uma salveira com a pombinha, sendo que neste momento os devotos tem a oportunidade agradecer e beijar a bandeira e a salva; em seguida o terço é rezado (também em forma de canto, mas neste sem o acompanhamento de instrumentos) e ao final mais cânticos são entoados, agora de acordo com o numero de bandeiras(vermelhas), pois todas devem ser tremuladas, a som da 'canturia'.

Além desse ritual no santuário, quando se ouve ao longe o soar de uma caixa, é o sinal de que vem chegando mais romeiros, daí as os grupos de Divinos ali já presentes (neste momento salveiras recolhem as suas salvas, os alferes as bandeiras, o capitão a caixa acompanhados de demais caixeiros e/ou caixeiras) se reúnem e seguem para os recepcionar, este momento é (re)conhecido *encontro das Bandeiras*. Neste ano, ao fim da festa se somaram ao todo 9 bandeiras. Ao chegarem, os grupos quase todos conhecidos entre si, vão se saudando e passam a conversar sobre muitas coisas de suas vidas.

Desta forma, notei que a Casa de Pedra, além de possuir um patrimônio arqueológico e natural, se constitui como um espaço de manifestação religiosa popular, de sociabilidade entre romeiros/devotos e visitantes, um lugar de (re) encontros de parentes, amigos, compadres e comadres, e como alguns grupos de romeiros e estabelecem no local durante vários dias, e embora o surgimento de pequenos conflitos, também se (re)arranja uma provisória, mas consistente, relação de vizinhança.

Por tudo isso, entendo que há diversas formas de celebração do/no espaço da Casa de Pedra.

[43] Na celebração da manhã, é acrescido o momento de voltas em torno do Cruzeiro, onde queimaram velas durante a noite, e que fica em frente à Igreja de Pedra.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através deste trabalho foi possível constatar um conjunto variado de pesquisas de de instituições (FSA, FCCM, GEMA, GEM, entre outros) na Serra das Andorinhas, e que em grande parte foram fator determinante na própria criação das UCs (PESAM e APA). Essas atividades tiveram um caráter voltado para preservação da natureza e uma vida mais saudável as pessoas, de forma que elas fossem sensibilizadas a essa questão, isto é, tratavam-se também de ações para uma educação ambiental. Nesse ínterim, embora se tenha esboçado as primeiras iniciativas, ainda não se configura um processo permanente e sistemático que seja centrado especificamente no patrimônio cultural da região, em outras palavras, programas de educação patrimonial não existem.

Desta forma, é notório que ainda há por parte dos sujeitos sociais relacionados à região, um grande desconhecimento da existência e importância dos sítios arqueológicos da Serra das Andorinhas, não apenas no sentido do conhecimento cientifico, mas também como importante patrimônio cultural a ser potencializado na melhoria de vida da própria população, seja pela práticas de turismo planejado, artes plásticas e visuais a partir da arte rupestres e rebuscada iconografia cerâmica, abundantes nos sítios, ou seja, como um potencial gerador de renda, bem como de fortalecimento de cidadania e até de elementos Identitários. Pois como ocorre em outras regiões do Brasil, a exemplo da Serra da Capivara no Piauí, seu patrimônio arqueológico vem se convertendo em uma marca importantíssima da região.

Em relação ao Festejo do Divino Espírito Santo da Casa de Pedra, vimos que é uma das grandes manifestações religiosa da região, a qual permanece a mais de 20 anos congregando vários grupos de divinos que seguem todos os anos em romaria para pagarem suas promessas, realizar celebrações, homenagens e agradecimentos na ‘Igreja de Pedra’ que fica no topo da Serra. Apreendemos que o Festejo do Divino, além da celebração no/do espaço da Casa de Pedra, é um momento singular e de muita religiosidade, constituindo-se como um importante elemento da cultura popular, e nesse sentido, como um outro patrimônio cultural da Serra das Andorinhas, ou seja, um patrimônio de cultura imaterial.

Nesse contexto, entendo que nessa região, se faz necessário e urgente a implementação de uma política cultural e de preservação dos sítios arqueológicos, em âmbito nacional, por exemplo, com a melhor estruturação do IPHAN a fim de que se viabilize uma maior atuação na região, bem como uma melhor aplicação da legislação de amparo ao patrimônio cultural, e predominantemente, ações através da educação patrimonial, as quais visam esclarecimento, sensibilização e emancipação de crianças, jovens e adultos a um processo continuo de construção do conhecimento, de valorização e apropriação do patrimônio cultural da Serra das Andorinhas.

BIBLIOGRAFIA

ATZINGEN, Noé Von; SILVA, Jaconias Medeiros & RODRIGUES, Magnum Costa. O Núcleo Arqueológico de Marabá. Boletim Informativo da Fundação Casa da Cultura de Marabá, Marabá. Edição Comemorativa 15º aniversário. 1999.

_____. Novos Sítios Arqueológicos Documentados pelo Núcleo Arqueológico de Marabá. Boletim Informativo nº. 2. Fundação Casa da Cultura de Marabá, Marabá 2003.

BARRETO, Mauro Viana. História da Pesquisa Arqueológica no Museu Paraense Emilio Goeldi. Boletim do Museu Paraense Emilio Goeldi. Belém, p.203-294, 1992.

Bo, João Batista Lanari. Proteção do patrimônio na UNESCO: ações e significados. Brasília: UNESCO, 2003.

CALDARELLI, Solange B. & SANTOS, Maria do Carmo Monteiro. Arqueologia de Contrato no Brasil. Revista USP, São Paulo, nº 44, p.52-73.

CAZETTA, Uribatan.2005. Distancia entre Intenção e o Gesto: o sistema de proteção ao Patrimônio Histórico. O descaso oficial? In: Amazônia para além dos 500 anos / Louis Forline; Rui Murrieta; Ima Vieira (Orgs.). – Belém: Museu Paraense Emilio Goeldi.

CHYMZ *et al*. Terminologia Arqueológica Brasileira para a Cerâmica. Cadernos de Arqueologia 1, UFPR, Paranaguá, 1976.

CRISTO, Hugo. Táticas e Estratégias na Cidade de Vitória (2006) - Disponível em: www.hugocristo.com.br , acessado em: 08/06/ 2008.

CUCHE, Denys. A noção de Cultura nas ciências sociais. Bauru: EDUSC, 2002.

CURY, Isabelle (Org.) Cartas Patrimoniais. Edições do Patrimônio. 3ª edição revista e aumentada – Rio de Janeiro, IPHAN, 2004.

DICIONÁRIO de Ciências Sociais. Fundação Getulio Vargas. 2ª ed. Rio de Janeiro, p.290-292, 1987.

DICIONÁRIO Aurélio da Língua Portuguesa. 2ªedição revista e aumentada, 19ª impressão, Rio de Janeiro, 1986.

EVANGELISTA, R. Santa Isabel: consorcio desiste de usina, mas patrimônio continua ameaçado. Ciência e Cultura, São Paulo, v. 55, n.4, p 8, 2003.

FUNARI, Paulo Pedro. Arqueologia. São Paulo. Ed. Contexto. 2003

GEERTZ, Clifford. A Interpretação das Culturas. Rio de Janeiro, Zahar, 1978.

_____. Nova Luz sobre a Antropologia. Cap. 1,3 e 11.

GRUNBERG, Evelina. Manual de atividades práticas de educação patrimonial. – Brasília, DF: IPHAN, 2007.

GUIDON, Niéde. As ocupações Pré-históricas do Brasil (executando a Amazônia) IN: Historia dos Índios no Brasil / Manuela Carneiro da Cunha (org.). – São Paulo: Companhia das letras: Secretária Municipal de Cultura: FAPESP, p. 37-52, 1992.

HORTA, Maria de Lourdes Parreiras; GRUNBERG, Evelina; MONTEIRO, Adriane. Guia básico de Educação Patrimonial. Brasília: IPHAN, Rio de Janeiro: Museu Imperial, 1999.

IPHAN. Coletânea de leis sobre Preservação do Patrimônio. – Rio de Janeiro, 2006.

IFORMATIVO dos Amigos da Serra das Andorinhas: Pedra Escrita. Fundação Serra das Andorinhas (FSA): Ano I, nº1 maio a julho de 1991. IN: Arquivo Público Municipal de Marabá, Fundação Casa da Cultura de Marabá.

_____ . Fundação Serra das Andorinhas (FSA): Ano I, nº2 julho a outubro de 1991. IN: Arquivo Público Municipal de Marabá, Fundação Casa da Cultura de Marabá.

KERN, Dirse C. et al. O Potencial Espeleoarqueológico da Região de São Geraldo do Araguaia-Pa. Boletim do Museu Paraense Emilio Goeldi. Belém, p.157-183, 1992.

LIMA, Janice Shirley Souza. Educação patrimonial na área do projeto Serra do Sossego – Canaã dos Carajás (PA). Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi (MPEG), 2003.

_____.Caderno de Educação para o patrimônio arqueológico nº2. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi (MPEG), 2006.

LIMA, T. A. Um passado para o presente: preservação arqueológica em questão. Revista do Patrimônio (Introdução), IPHAN, 2007.

MACHADO, Maria Beatriz Pinheiro. Percursos, rotas e caminhadas: as iniciativas de preservar o patrimônio através da educação. IN: Anais da Associação Brasileira de Antropologia (ABA), Goiânia, 2006. (cd-rom)

MAGALHAES, Marcos Pereira. O Tempo arqueológico. Belém: Museu Paraense Emilio Goeldi, 1993.

MAGUALHÂES, Marcos Pereira. A Gênese das Sociedades Amazônicas e a Preservação do Patrimônio Arqueológico. In: Amazônia para além dos 500 anos / Louis Forline; Rui Murrieta; Ima Vieira (Orgs.). – Belém: Museu Paraense Emilio Goeldi, 2005.

MALRITY, W.C; ATZINGEN, N. V & CRESCÊNCIO. G. Estudos Espeleológicos na Serra das Andorinhas, São Geraldo do Araguaia-PA. Boletim Informativo da Fundação Casa da Cultura de Marabá, Marabá. Edição Comemorativa 15º aniversário. 1999.

MATTOS, Maria Virgínia Bastos. Os Cantos do "Divino da Casa de Pedra". Boletim Informativo da Fundação Casa da Cultura de Marabá, p.6-24. il. Edição Comemorativa 15º aniversário. Marabá, 1999.

_____. Relatório Geral de atividades da Fundação Serra das Andorinhas. IN: Arquivo Público Municipal, Fundação Casa da Cultura de Marabá. 13 p. Mimeografado. Marabá: agosto de 1991.

_____. O Campus Avançado da USP em Marabá: apontamentos para uma História. IN: Boletim Técnico nº2. Fundação Casa de Cultura de Marabá. 2003, p. 93-102.

MAUSS, Marcel. *Ensaio sobre a dádiva*. Sociologia e Antropologia. São Paulo, 1973.

MORAES, Irislane Pereira & PRADO, Marlon. Destruição de Sítios Arqueológicos. In: Boletim Técnico nº3. Fundação Casa de Cultura de Marabá. 2004. p. 50-54.

MORLEY, E. J. Como preservar os sítios arqueológicos brasileiros. IN Pré-história da Terra Brasilis, Maria Cristina Tenório (org.) Rio de Janeiro, ed.UFRJ, 2000.

NEVES. E.G. Os índios antes de Cabral: arqueologia e historia indígena no Brasil. IN: SILVA, A. L. & GRUPIONI, L.D.B. (orgs.) A temática indígena na Escola. Brasília, MEC/MARI/UNESCO, 1995.

NUNES, L.C. A Implantação do Parque Estadual Serra dos Martírios/Andorinhas e da Área de Preservação Ambiental de São Geraldo do Araguaia. Tese (graduação) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2003.

NUNES, Luis Coimbra & LEITE, Hélida J.Viana. Vinte anos de Pesquisa Arqueológica pelo Núcleo de Arqueologia e Etnologia de Marabá. In: Boletim Técnico nº3. Fundação Casa de Cultura de Marabá. 2004. p. 31-49.

PARÁ, Plano de Manejo do Parque Estadual da Serra dos Martírios /Andorinhas. SEMA / MRS Estudos Ambientais, 2006.

PARDI, M. Lúcia Franco. Gestão de Patrimônio Arqueológico, Documentação e Política de Preservação. Goiânia: Universidade Católica de Goiás / IGPA, 2002. (Dissertação de mestrado) Disponível em: www.iphan.org.br/textosespecificos

PEREIRA, Edithe. Análise Preliminar das Pinturas rupestres de Monte Alegre (PA). Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi, série Antropologia, Belém, v.8, n.1 p.5-24. il. 1992.

_____. Relatório do projeto de Registros Rupestres e Contexto Arqueológico na Região do Baixo/Médio Araguaia. Museu Paraense Emilio Goeldi, volumes 1, Texto. Belém, 2002.

_____. Edithe. Arte Rupestre na Amazônia – Pará. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi; São Paulo: UNESP, 2003.

_____. Edithe. 2005. Arte Rupestre na Amazônia: um patrimônio ameaçado. In: Amazônia para além dos 500 anos / Louis Forline; Rui Murrieta; Ima Vieira (Orgs.). – Belém: Museu Paraense Emilio Goeldi.

PROUS, André. *Arqueologia Brasileira.* Brasília: Editora Unb, 1992.

_____. Os vestígios e a formação de sítios arqueológicos. IN: O Patrimônio Arqueológico de Matozinhos: Conhecer para proteger. Belo Horizonte, 2003, p. 23-31.

_____. *Arqueologia, Pré-História e História.* IN Pré-história da Terra Brasilis. Maria Cristina Tenório (org.) Rio de Janeiro, p.19-32, ed. UFRJ, 2000.

ROOSEVELT, Anna C. Arqueologia Amazônica. IN: Historia dos Índios no Brasil / Manuela Carneiro da Cunha (org.). – São Paulo: Companhia das letras: Secretária Municipal de Cultura: FAPESP, p. 53-86, 1992.

SALADINO, Alejandra. Apropriações e Valorações do Patrimônio Brasileiro: a criação do Museu de Itaipu. IN: Anais da Associação Brasileira de Antropologia (ABA), Goiânia, 2006.(CD-ROM)

SANTOS Jr. Valdecir dos. A influência das Cartas Internacionais sobre as Leis Nacionais de Proteção ao Patrimônio Histórico e Pré-Histórico e estratégias de preservação dos Sítios Arqueológicos Brasileiros. In Revista de Humanidades, Dossiê Arqueologias Brasileiras, v.6, n. 13, dez.2004/jan.2005 Disponível em: http://www.seol.com.br/mneme, acessado em 12/09/2008.

SANTOS, Lúcia Cristina G. dos. LUZ, Maria Augusta Rosa da & SOBRINHO, Rosilan Rocha. Resenha Bibliográfica sobre Marabá. IN: Boletim Técnico nº2. Fundação Casa de Cultura de Marabá. 2003, p. 111-124.

SÃO PEDRO, Mª. F.A. & PEREZ, R. A. R. Patrimônio Arqueológico: conhecendo a legislação. Revista de Arqueologia, 10: p. 51-70, ed. UFRJ, Rio de Janeiro, 1997.

SCHAAN, Denise Pahl. Múltiplas vozes, memória e historias: por uma gestão compartilhada do patrimônio arqueológico na Amazônia. IN: Revista do Patrimônio/ Tânia Andrade Lima (org.) nº 33, p. 109-136, IPHAN, 2007.

SILVA, Regina Coeli Pinheiro da. Os desafios da proteção legal: uma arqueologia da lei nº 3.924/61. IN: Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional / LIMA, Tânia Andrade (org.) nº 33, p. 59-73, IPHAN, 2007.

SOARES. André Luiz Ramos (org). Educação Patrimonial. Relatos e Experiências. Santa Maria: Ed.UFSM, 2003.

SOUSA, Maria Sulamita de. Segredos do Rio Tocantins: de tardizinha é hora do nego d´agua. IN: Boletim Técnico nº 2. Fundação Casa de Cultura de Marabá. 2003, p.19-20.

UNESCO. http://www.unesco.org , 2008.

GLOSSÁRIO

ABRIGO SOB ROCHA: Designação tomada da geomorfologia para indicar sítios arqueológicos em lapas ou cavidades rochosas, onde a altura (ou largura) da entrada é maior do que a profundidade. Também pode indicar paredões inclinados para frente ou com a parte superior saliente, que podem proteger uma zona mais ou menos grande. É uma classificação morfológica, sem significação cultural. São freqüentes as expressões: Abrigo pré-cerâmico; Abrigo funerário; Abrigo rupestre, etc.

ANTROPOMORFO: Diz-se do motivo ou objeto que tem forma humana.

ARQUEOLOGIA SUBAQUÁTICA: Campo da arqueologia voltado para a recuperação dos testemunhos navios náufragos, cidades submersas, materiais lançados intencionalmente, (pré-históricos ou históricos) que permanecem sob a água. É praticada tanto em mares e oceanos como em rios e lagos, e até em grutas inundadas.

ARQUEOLOGIA HISTÓRICA: O estudo arqueológico dos aspectos materiais, em termos históricos, culturais e sociais concretos, dos efeitos do mercantilismo e do capitalismo originário da Europa do século XV e ainda em ação hoje. (OSER JR.C. E., 1992: 131).

ARQUEOLOGIA PRÉ-HISTÓRICA: No Novo Mundo, o estudo arqueológico dos povos nativos antes do contato com exploradores e colonos europeus.

ARTEFATO: em termos gerais, trata-se de qualquer objeto utilizado e/ou feitos pelo ser humano, com diversos tipos de suporte (matérias-prima: rocha, argila, madeira, osso, etc.) a fim de satisfazer determinados interesses, sejam eles, estilísticos, ritualísticos, de trabalho, de adorno, entre outros.

ARTE RUPESTRE: Toda e qualquer manifestação plástica pré-histórica que tenha por suporte a pedra. Geralmente classifica-se em Grafitos, Pinturas Rupestres, Petroglifos e Arte Mobiliar.

BIPOLAR, Manufatura: técnica de produção de artefatos líticos, na qual o lascamento é feito com o pouso de bloco (núcleo rochoso), em uma base/suporte, e respectivo impacto sobre ele com um outro instrumento, denominado de percutor.

CADASTRO DE SÍTIO ARQUEOLÓGICO: O registro do sítio feito pelo e no IPHAN, o partir de ação direta ou pela revisão, numeração dos registros recebidos no cadastro oficial.

CAMADA. Superposição de estratos, de composição natural ou artificial.___Estrato horizontal ou não, com características próprias, numa estratificação.___Leito ou estrato de rocha maciça, em depósito natural.

CAMADA DE OCUPAÇÃO. "... em teoria, trata-se da acumulação dos detritos e dejetos das atividades humanas, sobretudo as domésticas; na prática, é confundida com um aporte voluntário e limitado no tempo, uma área de habitação servindo, por exemplo, depois do seu abandono, como lixeira, local de descarga para área de habitação próxima. Dever-se-á distinguir a ´camada-lixeira´pela desagregação: o essencial do material de uma camada de habitação jaz em posição horizontal ou sub-horizontal, enquanto que as inclinações serão

geralmente muito mais variadas e acentuadas em uma ´lixeira´ ". (FERDIERE, A., 1980:31).

CAVERNA: Designação tomada da geomorfologia para indicar sítios arqueológicos em grutas ou cavernas, as quais são definidas como locais em que a altura ou largura da entrada é menor que a profundidade. As grutas podem ser melhores definidas a partir do coeficiente Ai/Ap, em que Ai é a área de iluminação, a qual corresponde à área de entrada, e Ap é a área de piso. Se Ai/Ap < 1 trata-se de uma gruta. Em caso contrário, será um abrigo sob rocha. Classificação morfológica. O mesmo que gruta. ___Cavidade de rocha, onde a profundidade é maior que a abertura.

CERÂMICA: Artesanato de barro queimado. Com a queima acima de 400º, a argila torna-se impermeável, originando a cerâmica. Acima de 700º já se tem cerâmica de muito boa qualidade, bem queimada - os cronistas referiam-se à cerâmica amazônica como porcelana e a consideravam melhor que a européia. A temperatura da queima depende do tipo e da quantidade de madeira empregada.

CERIMONIAL: Local onde reúnem-se evidências de praticas religiosas e/ou sociais. Classificação funcional.

DATAÇÃO ABSOLUTA: Datação arqueológica obtida por meio de analises físico-quimicas ou biológicas, que permitem estimativas bastante precisa da idade de um objeto, monumento ou piso cultural.

DATAÇÃO CARBONO 14: Método de datação baseado no estudo da desintegração periódica de um determinado isótopo do carbono. As datas C14 são geralmente fornecidas, salvo menção contrária, em anos convencionais, isto é, antes do presente (BP= before present). 1950 sendo, por convenção internacional, o ano de origem: 4500 BP = 4500 anos antes de 1950. Em conseqüência, as das fornecidas em anos antes de Cristo (BC= before Christus) são calculadas retirando-se 1950 da data BP: 4500 anos = 4500 – 1950 seja 2550 BC. Essa cronologia convencional é utilizada por todos os pré-historiadores. Entretanto, pesquisadores tendo mostrado que a taxa de Carbono 14 da atmosfera variou ao longo dos tempos, foram estabelecidas curvas de correção das datas Carbono 14 até cerca de 6000 anos graças a dendrocronologia. (MAZIERE, M., 1991:90)

DATAÇÃO RELATIVA: Técnicas de datação baseadas principalmente na posição estratigráfica. O artefato, estrutura ou evidencia que esteja abaixo de outro, no contexto de um sitio arqueológico intacto, será certamente mais antigo.

DECAPAGEM: (da palavra francesa "décapage"), técnica e escavação, que tenta seguir a microtopografia pré-histórica.

DESCOBERTA FORTUITA: Designa uma descoberta ou achado ocorrido de forma não intencional

DIFUSÃO: Passagem de um ou mais traços culturais de uma cultura para outra. A difusão pode dar-se tanto por movimentos migratórios como por copia ou imitação.

DIFUSIONISMO: Corrente teórica que advoga a tese de que a cultura humana desenvolveu-se por Difusão a aprimoramentos locais. Para os ultradifusionistas é impossível a ocorrência de duas invenções similares, em dois locais distintos, sem que tenha existido contactados entre ambos.

CEMITÉRIOS, Sítios: São aqueles onde existem vasos de cerâmicas que foram utilizados pelas populações nativas para colocar os restos mortais de seus indivíduos, geralmente, de prestigio na sociedade.

COLONIAIS e de contato, Sítios: São aqueles existentes em municípios mais antigos e caracterizam-se por apresentarem estruturas remanescentes de construção do período colonial, algumas erigidas sobre aldeias indígenas.

DATAÇÃO: processo pelo qual se determina o período que foi produzido os vestígios arqueológicos. Os mais usados pela arqueologia é Carbono 14 e de Termoluminescência.

ESCAVAÇÃO: parte da pesquisa arqueológica que depende de recursos humanos, métodos e instrumentos específicos cujos objetivos é recuperar os vestígios materiais com seus respectivos contextos deposicionais.

ESCAVAÇÃO SISTEMATICA. Escavação em mais de 50% da área do sitio. É a única forma de, probabilisticamente, obter-se amostragens significativas de todas as evidencias do sitio.

ESTRATIGRAFIA. A superposição dos níveis sucessivos em um mesmo meio forma uma seqüência estratigráfica, cujo estudo permite reconstituir a história da cultura material dos homens que se sucederam no sítio por meio de uma série de comparações e análises. Estudo das camadas ou estratos que aparecem superpostos num corte geológico. Em arqueologia, estudo dos sucessivos pisos de ocupação ou assoalhos culturais. A estratigrafia é o principal método de datação relativa. Numa escavação arqueológica pode-se seguir a estratigrafia natural do sitio ou, se for aconselhável, adotar uma estratigrafia artificial, com estratos de espessura constante, arbitrariamente estabelecidos, geralmente com 10 ou 20 cm de espessura. A lei de superposição estabelece que, quando um deposito se superpõe a outro, o superior deve ter-se acumulado depois da inferior, desde que não tenham ocorrido perturbações posteriores. Os termos depósito, capa, estrato ou nível podem empregar-se em sentido amplo para indicar distinção concreta do solo.

ESTRUTURA. A estrutura de uma organização é a formalização da repartição das missões e funções a serem realizadas por esta organização entre diferentes sub-conjuntos (direção, serviços) definidos em esta ocasião, e das ligações estabelecidas entre estes sub-conjuntos.

ESTRUTURA ARQUEOLÓGICA. Os vestígios de um sítio não aparecem isoladamente, mas em conjunto, cujo sentido procuramos desvendar. Assim uma estrutura arqueológica é um conjunto significativo de vestígios. Nesse aspecto, um buraco escavado dentro de um solo endurecido e avermelhado é um vestígio, e carvões pré-históricos são outros vestígios; mas o preenchimento por carvões, por carvões, de uma fossa , endurecida pelo calor, forma uma estrutura de combustão , neste caso, uma fogueira. Os vestígios se explicam um pelo outro, numa totalidade inteligível. Tratando-se de arte rupestre, a identificação de

constantes permite evidenciar estruturas. Por exemplo, a associação preferencial entre certos temas, certas cores ou ate posições topográficas.

GRAFISMO RUPESTRE. O TERMO TEM SIDO UTILIZADO COMO SINONIMO DE Arte Rupestre ou Sinalização Rupestre.

ICONOGRAFIA: registro observado em determinados artefatos, como na superfície da cerâmica, de ícones/desenhos que expressam uma determinada ordem sócio-simbólica (de tempo e espaço) de um grupo humano.

IDENTIFICAÇÃO (SÍTIO). Listagem de atributos do sítio que o caracteriza, enquanto vestígio de ocupação humana.

INDÚSTRIA. Associação de artefatos ou utensílios do mesmo tipo que se repete de tal forma que parece indicar pertencerem a uma mesma cultura.

INSCRIÇÕES RUPESTRES (OU GRAFISMOS, ARTE RUPESTRE, ETC). "... pinturas e gravuras deixadas pelo homem em suportes fixos de pedra (pares de abrigos, grutas, matações etc). A palavra rupestre (...) vem do latim ruper-is (rochedo); (...) alguns autores denominam as figuras pintadas "pictotograficas"e as gravuras "petroglifos'(...) A palavra tupi itacoatitiara (=pedra pintada) é freqüentemente usada para denominar os rochedos decorados ."

INVENTÁRIO: processo no qual são realizadas ações seriadas e concatenadas, de natureza eminentemente processual, que geralmente culminam com a inscrição do bem cultural em um ou mais livros de tombo, o que vem legitimar, do ponto de vista jurídico, o regime de proteção instaurado sobre o bem.

IPHAN: Instituto do Patrimônio Histórico Artístico Nacional; órgão federal responsável pela garantia da integridade do patrimônio cultural brasileiro (atribuição conferida pela Portaria Ministerial nº284 de 17/07/1988). Trata-se da antiga Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – SPHAN criada pelo Decreto - Lei nº. 25 de 30 de novembro de 1937.

LASCA: fragmento de rocha, geralmente resultante da produção de artefatos líticos.

LÍTICO: objeto e/ou artefato que sua matéria-prima é a rocha.

MATERIAL DE SUPERFICIE. Material encontrado nas partes externas do sitio, ou aqueles elementos coletados sem sistematização.

NÍVEL DE OCUPAÇÃO. "...de forma absoluta, toda superfície superior de uma camada arqueológica é, em dado momento, mesmo que muito breve, um nível de ocupação no qual o homem pisou antes de ser depositada a camada seguinte; essencialmente, um nível de ocupação não tem existência material, presença física (outra que uma eventual compactação mais ou menos acentuada da superfície): trata-se do limite entre duas camadas...".

NÍVEIS NATURAIS: São extensões de vestígios que o arqueólogo considera terem sido depositados durante um lapso de tempo limitado; no mínimo durante um a ocupação culturalmente homogênea. Neste caso pode ser realizada uma escavação extremamente minuciosa, permitindo a localização dos vestígios isócronos em mapas de distribuição para cada nível, visando evidenciar-se a estrutura de ocupação.

PAINEL: parte de bloco rochoso que apresenta um conjunto de representações rupestres podendo constituir-se numa cena ou não.

PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO: é a porção do nosso patrimônio material cujos conhecimentos básicos são fornecidos através dos métodos da arqueologia. Esse patrimônio compreende todos os vestígios da existência humana e os sítios onde as atividades humanas se desenvolveram, quaisquer que sejam elas, as estruturas e todo tipo de vestígio abandonado seja na superfície, no subsolo ou sob as águas, bem como o material a eles associados. O patrimônio arqueológico compreende todos os sítios, vestígios e os objetos testemunhos da existência humana em épocas e civilizações para as quais a escavação e a prospecção de campo são as fontes principais de informação cientifica. (...) A definição de patrimônio arqueológico é baseada nos métodos da arqueologia e não está confinada a nenhum período especifico ou época (...). Toda evidência de ocupação humana passada e que pode ser usada na reconstrução do modo de vida de povos passados. Inclui sítios, artefatos, ecofatos e outros dados relevantes e os contextos onde ocorrem; podem ser pré-históricos ou históricos.

PETROGLIFO. Desenho gravado em rocha, podendo ser colorido ou não. Os petroglifos podem ser elaborados por polimento, picoteamento, raspagem ou corte.

PICTOGLIFO. O mesmo que pintura rupestre. Desenho elaborado por pintura, aspersão ou impressão de tinta sobre a superfície da rocha.

PRÉ-CERÂMICO. Designação genérica para sítios de período anterior ao surgimento da cerâmica. Não deve ser empregado para qualquer sitio onde ocorra cerâmica, como, por exemplo, sítios com petroglifos. Classificação tópica e cronológica.

PRÉ-HISTÓRIA. Em seu sentido restrito, a Historia é a narração dos feitos humanos através dos testemunhos escritos, mas os conhecimentos desses feitos podem ser obtido por outros meios, como faz Arqueologia. O termo Pré-história foi cunhado para designar a historia do homem anterior ao aparecimento dos documentos escritos.

PROTEÇÃO: Os esforços para evitar a perturbação dos bens culturais.

REGISTRO DE SÍTIO ARQUEOLÓGICO: Consignação em documento dos atributos do sítio.

RUPESTRE, registros: o termo registro ou arte rupestre se refere às marcas deixadas por grupos humanos grafadas sobre suporte rochoso, e podem ser inscrições ou gravuras sobre blocos ao longo dos rios, em paredões rochosos, em grutas, abrigos, etc.

SAMBAQUIS: esses sítios são formados principalmente pelo acumulo de conchas de moluscos consumidos por populações que baseavam sua subsistência em uma grande variedade de recursos aquáticos, vivendo, portanto, próximo as áreas de enseadas, lagos, igarapés e furos, tanto no litoral quanto no estuário amazônico e suas ilhas. Sítio arqueológico cuja composição seja predominante de conchas. A origem da palavra é Tupi-Guarani: Tambá, Monte e Qui, conchas.

SALVAMENTO ARQUEOLÓGICO. Salvar significa recuperar algo que se perdeu ou que esta em vias de perder-se. Em arqueologia, o conceito de salvamento se aplica a (1) objetos que foram removidos de seu local de origem, (2) sítios arqueológicos que estão ameaçados de destruição e (3) unidades geográficas (regiões, vales, cidades, sítios, etc) onde se encontram restos arqueológicos que podem ser total ou parcialmente destruídos. (...). Um salvamento arqueológico constitui uma das operações que maior experiência requer, porque exige que o arqueólogo conheça detalhadamente os materiais culturais da área onde trabalha, saiba realizar uma escavação cuidadosa com recursos e tempo limitado, tenha suficiente conhecimentos teóricos e locais para poder tomar uma decisão rápida sobre a importância relativa dos sítios e esteja atualizado com os avanços da disciplina, especialmente no que se refere a métodos de amostragem estatística.

SONDAGEM. Um corte arqueológico profundo e com pequena área de extensão, destinada a verificar o conteúdo cultural e a estratigrafia. O mesmo que Corte-teste ou Poço-teste.

TERMOLUMINESCENCIA. Técnica de Datação Absoluta (Ver). As imperfeições na estrutura dos cristais retém elétrons que emitem luz, quando os mesmos são aquecidos. A quantidade de luz emitida depende de três fatores: numero de imperfeições no cristal; potência de radiação a que foi exposto; e tempo de exposição. O segundo desses fatores pode ser medido diretamente da amostra analisada, e o primeiro, analisando-se de novo, depois de submetê-la a uma fonte de radioatividade de potência conhecida. Desta forma, pode se calcular o terceiro e último fator, ou seja, o tempo transcorrido desde que o cristal foi aquecido pela ultima vez. O método é particularmente útil para datar a cerâmica, mas não tem dado bons resultados com material lítico originalmente submetido ao calor. Exige, também, que se enterrem dos metros no sitio arqueológico, para medir a radioatividade media anual, nas áreas para as quais tais dados ainda não estejam disponíveis.

TRADIÇÕES. Grupos de elementos ou técnicas, com persistência temporal. Uma seqüência de estilos ou de culturas que se desenvolvem no tempo, partindo uns dos outros, e formam uma continuidade cronológica.

TERRA PRETA, Sítios de: tipo de solo, muito fértil, de cor escura resultante de ocupação densa e demorada de população pré-histórica, muito freqüente nos sítios localizados ao longo dos rios e margens de lagos, onde se encontram fragmentos de antigos utensílios de cerâmica e rocha, entre outros.

TESO: Aterro, elevação artificial das planícies alagáveis da ilha do Marajó que foram construídos por populações pré-históricas.

TOMBAMENTO: O tombamento é um instrumento legal, aplicado por ato administrativo cuja competência é atribuída, pelo Decreto-lei nº. 25/37, ao Poder Executivo. Por meio do tombamento, o valor cultural do bem é reconhecido e se institui sobre ele um regime especial de proteção, considerando-se a função social do mesmo. Pode ser nas instâncias municipal, estadual e federal, não havendo uma hierarquia entre os três níveis de proteção, que são de natureza suplementar. O tombamento não significa a perda de propriedade do bem e nem implica no "congelamento" deste. Ou seja, o bem pode ser vendido, comprado ou alugado, mas as modificações físicas somente ser realizadas mediante autorização prévia e acompanhamento técnico do órgão competente.